

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 45

CENÁRIOS DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO ANO 2000

Paulo Paiva

Maio de 1988

314(81)
P149c
1988

Paiva, Paulo.

Cenários de crescimento e distribuição regional da
população economicamente ativa no ano 2000. - Belo Ho-
rizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988.

73p. - (Texto para Discussão, 45).

1. Mão-de-obra - Brasil. 2. Previsão Demográfica -
ano 2000. 3. Crescimento Demográfico - Brasil. I. Títu-
lo. II. Série.

CDU 314(81)

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG

C E D E P L A R

CENÁRIOS DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL
DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO ANO 2000

Paulo Paiva

Maio de 1988

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
2. CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO	4
2.1 - Tamanho e Distribuição da População	4
2.2 - Fatores Determinantes do Crescimento da População	8
3. CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)	14
3.1 - O Crescimento da População Economicamente Ativa após a Segunda Guerra Mundial	14
3.2 - Distribuição Regional da População Economicamente Ativa	26
4. ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO POPULACIONAL	28
4.1 - A População Brasileiro no Ano 2000	28
4.2 - Distribuição Regional da População Estimada	31
5. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)	37
5.1 - Projeção da PEA para o Ano 2000	40
5.2 - Distribuição Regional da PEA	42
NOTAS	44
ANEXO ESTATÍSTICO	48

CENÁRIOS DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO ANO 2000

Paulo Paiva

1 - INTRODUÇÃO

No caso brasileiro, examinando-se a experiência passada, não parece haver dúvidas que o crescimento populacional jamais se constituiu em fator inibidor do crescimento econômico. Ao contrário, do lado da população, parece que o rápido crescimento demográfico a partir dos anos 30 permitiu o aumento acelerado da oferta de mão-de-obra para a crescente atividade industrial, sem prejuízo da produção agrícola, que se fazia com o uso intensivo de trabalho. Restam dúvidas sobre os possíveis efeitos da intensidade do crescimento demográfico sobre a distribuição de renda.

Do lado da economia, condições favoráveis, internas e externas, permitiram a manutenção de taxas médias de crescimento do PIB em torno de 7,0% a partir do pós guerra. Estas taxas eram compatíveis com o crescimento demográfico em torno de 2,8%, e com a manutenção do nível de emprego. A poupança que sustentou este crescimento econômico teve sua origem, sobretudo, na contribuição do setor público e do capital externo.

Atualmente, ocorrem modificações tanto no padrão de crescimento da população brasileira, através da rápida queda da fecundidade, quanto nas condições do crescimento econômico, através das restrições impostas pelo estrangulamento externo.

Para o futuro, as recentes transformações demográficas impõem dois grandes desafios à sociedade brasileira.

O primeiro refere-se às mudanças no padrão demográfico brasileiro. Os resultados da redução da fecundidade são vários. Entre eles, merecem destaque a desaceleração no ritmo de crescimento e as mudanças na composição etária da população. Se, de um lado, esta transição demográfica corresponde à experiência dos países mais ricos ao longo do processo de desenvolvimento econômico e pode indicar uma menor demanda por alguns serviços sociais dirigidos ao segmento jovem e, eventualmente, uma queda na pressão sobre o mercado de trabalho; por outro lado, ele traz novas demandas, principalmente associadas à velhice (extensão do período de recebimento de aposentadoria por indivíduo, maior participação relativa dos gastos da previdência em relação à sua receita, aumento de demanda por serviços de saúde aos idosos, etc.).

No caso dos países desenvolvidos, esta transição ocorreu quando o nível de renda per capita já era bastante elevado e já haviam sido superados os problemas mais graves de pobreza.

No caso do Brasil, ao contrário, as carências típicas de país subdesenvolvido, com elevado grau de pobreza absoluta, subnutrição, subemprego, etc., ainda não foram eliminados. Aqui associa-se à pobreza o envelhecimento da população.

O segundo desafio refere-se às tendências de distribuição espacial e seus efeitos sobre as necessidades de geração de empregos e sobre as demandas sociais. No passado, com a queda

da mortalidade infantil nos idos dos anos cinquenta, acelerou-se o crescimento da população rural, permitindo manter o aumento da oferta de mão-de-obra para atender à produção agrícola e, simultaneamente, elevar a oferta de mão-de-obra para o desenvolvimento urbano-industrial. Ao longo dos últimos anos intensificou-se o processo de urbanização, ocorrendo, inclusive, um esvaziamento do campo na década de setenta e uma tendência de concentração populacional nas áreas metropolitanas. Estas tendências de distribuição espacial da população deverão, agora, ser afetadas pela rápida desaceleração do crescimento da população brasileira. Estas alterações poderão provocar, por um lado, excesso de demanda por determinados serviços sociais em algumas áreas e, por outro lado, ociosidade da capacidade já instalada, em outras.

Do ponto de vista das necessidades de geração de emprego, as estimativas agregadas a nível nacional encobrem profundas diferenças regionais. Assim, torna-se urgente pensar em políticas regionais de emprego compatíveis com as metas nacionais. Para tanto, tornam-se igualmente urgentes trabalhos que ofereçam estimativas regionais da população economicamente ativa.

Este trabalho é uma tentativa de avaliação das principais tendências de crescimento demográfico e da população economicamente ativa e de traçar alguns cenários de crescimento e de distribuição regional da população economicamente ativa no ano 2.000.

A seção 2 apresenta um quadro das tendências recentes da população brasileira; a seção 3 discute as tendências de crescimento e distribuição regional da população economicamente ativa; as seções 4 e 5 traçam os cenários para o ano 2.000: enquanto a 4 apresenta os cenários da distribuição regional da população, a 5 oferece cenários da distribuição regional da população economicamente ativa.

2 - CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO

2.1 - Tamanho e Distribuição da População

O Brasil possui uma das maiores populações nacionais do mundo. No início dos anos oitenta a população brasileira já atingia 120 milhões de indivíduos. Aproximadamente 40% deste total está, de alguma maneira, engajado em alguma ocupação econômica, quer exercendo uma atividade, quer procurando trabalho. É a população economicamente ativa (PEA).

Em 1940 a população brasileira perfazia o total de 41,239 milhões de indivíduos. O seu crescimento desde então é devido, quase que exclusivamente, às tendências nos níveis de mortalidade e de fecundidade, dada à insignificância dos saldos migratórios internacionais, em termos quantitativos.

Esta população se distribui desigualmente pelo território nacional. Conforme mostra a Tabela 1, em 1940 enquanto quase 45% da população brasileira residia na Região Sudeste e

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE DO BRASIL - 1940 A 1980
(Em milhares)

	1940		1950		1960		1970		1980	
	Popul.	%	Popul.	%	Popul.	%	Popul.	%	Popul.	%
BRASIL	41.239	100,00	51.945	100,00	70.070	100,00	93.140	100,00	119.006	100,00
R. Norte	1.463	3,55	1.846	3,55	2.563	3,66	3.604	3,87	5.881	4,94
R. Nordeste ...	14.436	35,01	17.975	34,60	22.181	31,66	28.112	30,18	34.813	29,25
R. Sudeste	18.346	44,49	22.547	43,41	30.631	43,71	39.853	42,79	51.734	43,47
R. Sul	5.735	13,91	7.840	15,09	11.753	16,77	16.497	17,71	19.032	15,99
R. Centro-Oeste	1.259	3,05	1.737	3,34	2.942	4,20	5.074	5,45	7.546	6,34

FONTE: Censos Demográficos.

35%, na Região Nordeste, nas Regiões Norte e Centro-Oeste viviam pouco mais de 6% do total da população do país.

Do ponto de vista das grandes regiões, ao longo dos últimos quarenta anos, para os quais existem dados disponíveis (1940 a 1980), ocorreu uma redistribuição da população no sentido das regiões com menor participação relativa. No seu conjunto as Regiões Nordeste e Sudeste tiveram sua participação relativa reduzida em 6,78%. A queda na participação relativa do Nordeste foi constante. Esta é uma região que historicamente vem perdendo população para as outras regiões do país.

Até os anos sessenta, a tendência geral foi de desconcentração regional da população, aumentando a participação relativa da Região Sul (3,8 pontos percentuais entre 1940 e 1970) e da Região Centro-Oeste (2,4 pontos percentuais entre 1940 e 1970).

Nos anos setenta, voltou a crescer ligeiramente a participação relativa da Região Sudeste, enquanto reduziu-se, em termos proporcionais, a população da Região Sul. Em 1980, as Regiões Norte e Centro-Oeste, juntas, respondiam por 11,3% da população brasileira.

Entre 1940 e 1980, 77,767 milhões de pessoas foram acrescidas à população brasileira. Deste total 43% se concentraram na Região Sudeste (33,467 milhões); 26,2% na Região Nordeste (20,377 milhões); 17,1% na Região Sul (13,297 milhões); 8% na Região Centro-Oeste (6,287 milhões); e 5,7% na Região Norte (4,418 milhões).

Assim, apesar da queda na sua participação relativa, as regiões Sudeste e Nordeste absorveram quase que 70% do crescimento populacional do período em razão do maior tamanho de suas populações no ano base.

TABELA 2

*
EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL,
SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES, 1940 a 1980

(%)

	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59
Região Norte	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65
Região Nordeste	23,42	26,40	33,89	41,81	50,46
Região Sudeste	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81
Região Sul	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41
Região Centro-Oeste	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79

FONTE: Censos Demográficos.

* Grau de urbanização refere-se à população urbana como percentagem da população total.

A redistribuição da população brasileira foi mais intensa, contudo, no sentido de sua concentração urbana. Conforme mostra a Tabela 2, em 1940 pouco mais de 30% da população brasileira residia em domicílio urbano e, quarenta anos depois, quase 70% da população deste país era urbana.

A concentração urbana sempre foi maior na Região Sudeste, que, já nos anos sessenta, tinha mais da metade de sua população residindo em domicílios urbanos. Segundo pode ser visto nos dados sobre grau de urbanização por Unidades da Federação, apresentadas no Anexo Estatístico, em 1940 apenas o Estado do Rio de Janeiro (na época, Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal) possuía mais de 50% de sua população nos centros urbanos, graças ao peso da cidade do Rio de Janeiro (então, Distrito Federal). Até 1960, apenas dois Estados (Rio de Janeiro e São Paulo) tinham um grau de urbanização superior a 50%. Em 1970, já eram 8 Unidades da Federação (dois territórios da Região Norte; o Estado de Pernambuco, na Região Nordeste; os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, na Região Sudeste; o Estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul, e o novo Distrito Federal, na Região Centro-Oeste).

Em 1980, 18 das 26 Unidades da Federação já tinham mais da metade de suas populações vivendo em domicílios urbanos. Na década de setenta intensificou-se e generalizou-se o processo de urbanização e, pela primeira vez na história brasileira, a população rural diminuiu em termos absolutos.

2.2 - Fatores Determinantes do Crescimento da População

Como são bastante insignificantes os saldos das migrações internacionais relativamente ao tamanho da população brasileira, no período coberto pelos censos demográficos de 1940 a

1980, o crescimento demográfico é devido aos padrões de mortalidade e de fecundidade.⁽¹⁾

TABELA 3

*

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER E TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL ,
SEGUNDO GRANDES REGIÕES, 1940 A 1980

	Expectativa de Vida ao Nascer (Ambos os Sexos)					Taxa de Fecundidade Total				
	1940	1950	1960	1970	1980	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil ..	42,74	45,90	52,37	52,67	60,08	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35
R. Norte	40,44	42,26	52,62	54,06	64,17	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45
R. Nord.	38,17	38,69	43,51	44,38	51,57	7,15	7,50	7,39	7,53	6,13
R. Sud. .	44,00	48,81	56,96	56,89	63,59	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45
R. Sul ..	50,09	53,33	60,34	60,26	66,98	5,65	5,70	5,89	5,42	3,63
R. Centro Oeste	48,28	51,03	56,40	55,96	64,70	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51

FONTE: IBGE (estimativas elaboradas pela equipe de demografia do IBGE).

* Os dados referem-se à média da década imediatamente anterior ao ano do Censo Demográfico.

A expectativa de vida da população brasileira era, em média, relativamente baixa até 1940. Esta força da mortalidade condicionava todos os outros processos demográficos. As pessoas, em média, teriam de se casar mais cedo, o espaçamento entre

gestações seria menor, devido à ausência da prática de anticoncepção, assim como menor seria o intervalo intergeracional. Até os fluxos migratórios eram afetados, à medida em que eram relativamente poucos aqueles que sobreviveram às idades de trabalhar. Enfim, a mortalidade condicionava todo os eventos demográficos.

Nos anos cinquenta, houve uma significativa queda de mortalidade, principalmente pelo declínio da mortalidade infantil. Foi um fenômeno generalizado no Brasil, atingiu todas as regiões e, também, as populações de residência rural e urbana.

De um lado, a queda da mortalidade infantil teve o efeito semelhante a de um aumento da fecundidade, permitindo a sobrevivência de um número maior de crianças com idade inferior a um ano. Ocasionou, em consequência, um aumento na taxa de crescimento da população.

De outro lado, estendeu a expectativa de vida da população. Entre 1940 e 1960 foram ganhos quase que 10 anos de vida, em média, por pessoa. Estes ganhos foram, contudo, mais acentuados nas Regiões Sul e Sudeste. As taxas de mortalidade, principalmente infantil, são muito sensíveis aos níveis de renda. Assim, embora a queda da mortalidade neste período deva-se, em grande parte, ao uso de conhecimentos técnicos aplicados à medicina e à Saúde Pública, as diferenças de renda fizeram acentuar (2) mais ainda as diferenciais de mortalidade (ver os dados no Anuário Estatístico).

Nos anos sessenta, houve uma estagnação dos níveis de

mortalidade. Em alguns casos, como no Mato Grosso, houve, inclusive, uma queda na expectativa de vida da população entre 1960 e 1970.

Nos anos setenta, a expectativa de vida ao nascer voltou a crescer, muito embora deva-se ter muita cautela na interpretação dos resultados do censo demográfico de 1980, no que se refere aos indicadores de mortalidade infantil e infanto-juvenil.

Os níveis de fecundidade permaneceram relativamente estáveis até o início dos anos sessenta. Em algumas regiões houve uma ligeira tendência de aumento da fecundidade entre 1940 e 1950. Na Região Norte a elevação dos níveis agregados de fecundidade se estendeu até 1960.

Como resultado da estabilidade relativa dos níveis de fecundidade combinada com uma queda dos níveis de mortalidade, acelerou-se a taxa de crescimento da população e aumentou-se a participação relativa de crianças no total da população.

A partir da segunda metade dos anos sessenta, iniciou-se um processo de rápida queda da fecundidade que se generalizou entre todos os segmentos da população. Apesar da queda da mortalidade, a redução dos níveis de fecundidade determinou uma desaceleração do crescimento populacional e, também, o início de um processo de transformação na estrutura etária da população, com a redução relativa dos segmentos mais jovens e o aumento da participação relativa dos idosos.

TABELA 4

AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS ALTERAÇÕES NOS NÍVEIS
DE MORTALIDADE E FECUNDIDADE SOBRE A POPULAÇÃO BRASILEIRA

(Em Milhares)

	População Observada (A)	População Estimada com a Taxa de (1) 40/50 (B)	População Estimada com a Taxa de (2) 50/60 (C)
1940	41,239	41,239	-
1950	51,945	51,945	51,945
1960	70,070	65,431	70,070
1970	93,140	82,418	94,519
1980	119,006	103,815	127,498

FONTE: Censos Demográficos.

(1) Taxa média anual de crescimento 1940/1950 = 2,33%.

(2) Taxa média anual de crescimento 1950/1960 = 2,99%.

As variações nos níveis de mortalidade e de fecundidade não são totalmente independentes. A sua interação dificulta a avaliação isolada do impacto de cada uma das variações sobre o crescimento da população. Uma maneira simples para oferecer uma idéia do que ocorreu no Brasil está apresentada na Tabela 4, que deve ser vista, contudo, com todas as cautelas devidas. A coluna "A" apresenta a população observada, cujo tamanho reflete as

variações nos níveis de fecundidade e mortalidade. A coluna "B" apresenta as estimativas do que seria o tamanho da população, se não houvesse variação nos níveis de fecundidade e de mortalidade prevalentes na década de quarenta. A diferença entre "A" e "B"; em 1980, por exemplo, sugere que a queda da mortalidade teria sido responsável pelo aumento líquido de no mínimo 15,191 milhões de pessoas no período 1950 a 1980, posto que a queda da fecundidade depois de 1960 reduziu o tamanho da população nos censos subsequentes. É um volume superior ao das populações das regiões Norte e Centro-Oeste em 1980 (13,427 milhões). Pode-se observar que a queda da mortalidade foi fator fundamental para a expansão da oferta de mão-de-obra no Brasil durante o período de rápida industrialização combinado com crescimento da população agrícola via expansão da área cultivada e não via aumento da produtividade, conforme indica a literatura sobre o tema. (3) Foi a queda da mortalidade que viabilizou a intensificação dos fluxos migratórios.

A coluna "C" apresenta as estimativas da população brasileira incorporando a queda da mortalidade até 1950, mas mantendo constante, a partir daí, os níveis de fecundidade e de mortalidade. Segundo esta alternativa, em 1980 a população brasileira teria 8,492 milhões de pessoas a mais do que o total observado (coluna A), não fora a queda da fecundidade. Assim, entre 1960 e 1980 a queda da fecundidade foi responsável pela redução de um contingente superior ao da população da Região Centro-Oeste, em 1980. O impacto da queda de fecundidade sobre o tamanho da

população foi maior, posto que na estimativa da coluna "C" estão embutidos os efeitos contrários da queda da mortalidade entre 1940 e 1950.

Em síntese, entre 1960 e 1980, se a fecundidade tivesse permanecido constante, o efeito isolado da queda da mortalidade teria adicionado cerca de 23,683 milhões de pessoas na população brasileira. Mas a queda da fecundidade retirou cerca de 8,492 milhões de indivíduos nestes vinte anos.

3 - CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

3.1 - O Crescimento da População Economicamente Ativa Após a Segunda Guerra Mundial

Até muito recentemente, era grandemente aceita a opinião de que os países em desenvolvimento apresentavam nível decepcionante de emprego de alta produtividade. Produziram-se várias explicações para isso. Por um lado, argumentava-se que, devido ao rápido crescimento populacional, a PEA estaria crescendo mais rapidamente do que o emprego no setor "moderno" da economia. Por outro lado, dizia-se que o crescimento do emprego "moderno" poderia ser maior, não fosse o viés em favor do uso de tecnologias intensivas de capital, e/ou o aumento de custo de mão-de-obra em relação ao custo de capital, ambos em razão da inflexibilidade da política de salário mínimo ou o aumento dos custos da previdência social. Assim sendo, no que se refere ao mercado de trabalho

urbano, a oferta e a demanda de mão-de-obra estariam em desequilíbrio dando espaço para o crescimento no volume de ocupados no chamado setor informal.

A experiência brasileira recente não dá suporte a esta opinião. Ao contrário, as taxas de crescimento do emprego na indústria de transformação têm sido relativamente altas, principalmente nas indústrias consideradas mais modernas. (5)

A população brasileira passou de 51.945 milhões de habitantes em 1950 para 119.000 milhões de habitantes em 1980. O grosso desse crescimento populacional, como vimos anteriormente, concentrou-se nos centros urbanos. A população residente em cidades de 20.000 habitantes ou mais saltou de 20% da população total, em 1950, para 51% em 1980. A PEA aumentou de 17,117 milhões de trabalhadores em 1950, para 43,235 milhões em 1980. (6) Vale a pena assinalar que, enquanto a taxa de crescimento da população total tendia a diminuir, a taxa de crescimento da população em idade de trabalho permaneceria relativamente constante em cerca de 3,0% ao ano, e o crescimento da PEA intensificava-se ao longo da última década, especialmente em razão do aumento na participação feminina. Embora dificuldades existentes para a comparação dos dados dos vários censos imponham cautela à sua interpretação, outras fontes de dados, como as PNADs, indicam tendência semelhante no que se refere à participação feminina. Se o ritmo de crescimento observado na década passada permanecer o mesmo, a PEA brasileira dobrará em menos de 18 anos.

O valor da PEA, com o potencial dos recursos humanos de um país, pode ser avaliado, relacionando-se suas potencialidades qualitativas - capacidade inata e qualificação - ao capital disponível, sob um dado nível tecnológico. No entanto, é muito difícil a obtenção de dados apropriados tanto sobre as qualidades da PEA quanto sobre capital, uma vez que estão sujeitos a dificuldades de conceituação e mensuração.

Não obstante, pode-se estabelecer uma relação entre o tamanho da PEA e o da população, de modo a oferecer um cálculo aproximado do potencial de mão-de-obra de um país. A razão entre a PEA e a população, chamada taxa bruta de atividade (TBA), mede a relação entre aqueles que produzem com seu trabalho e aqueles que consomem. Uma medida mais apurada desta relação deveria levar em conta, talvez, o nível de utilização da mão-de-obra, a disponibilidade de capital por trabalhador e o nível de consumo per capita. As medidas de tais fatores, que ponderariam a razão entre produtores e consumidores, não se encontram prontamente disponíveis e nem são facilmente definíveis, de modo a tornar possível ao pesquisador coletar dados adequados. A taxa bruta de atividade, ao contrário, necessita apenas, para seu cálculo, de informações sobre o tamanho da PEA e o tamanho da população, comumente disponíveis nos censos demográficos.

A despeito de sua disponibilidade, os dados sobre a PEA não estão isentos de dificuldades de conceituação e mensuração. No caso do Brasil, como dito anteriormente, a comparabilidade entre o Censo de 1980 e os anteriores recomenda cautela,

quando se pretende analisar variações nos níveis e tendências das taxas de atividades. De qualquer modo, a taxa bruta de atividade parece ser uma das medidas do tamanho relativo da PEA mais comumente aceitas em estudos internacionais, assim como em análises intercensitárias em qualquer país. Como uma medida sintética, a taxa bruta de atividade talvez seja o mais completo índice de inter-relações demográficas e sócio-econômicas, na medida que reflete, em uma única razão, todo o jogo de influências da estrutura populacional e da participação da PEA, por idade e sexo. Além disso, a ocorrência de certa regularidade nas variações dos níveis da taxa de atividade entre países de diferentes níveis de desenvolvimento relativo pode indicar que, a despeito de algumas deficiências, a taxa bruta de atividade é ainda, o melhor indicador do potencial relativo de mão-de-obra de um país.

O nível da taxa bruta de atividade depende de três fatores, a saber: a composição por idade e sexo da população; o nível de participação masculina na PEA por idade; e o nível de participação feminina na PEA por idade. Estes fatores podem ser estimados pelo índice de idade e sexo e pelos componentes masculino e feminino. Os componentes masculino e feminino são taxas padronizadas, ponderadas tanto pelas proporções de homens e mulheres da população padrão de 10 anos ou mais, respectivamente, quanto pela razão da população padrão masculina e feminina de 10 anos ou mais à população padrão total (ambos os sexos).⁽⁷⁾ O índice de idade e sexo é a diferença entre a taxa bruta de atividade e a soma dos componentes masculino e feminino. O nível da

taxa bruta de atividade no Brasil decresceu até 1970 e cresceu na última década, tal como se pode ver na Tabela 5. A queda da taxa bruta de atividade no Brasil de 1950 a 1970 deveu-se, primordialmente, à queda do componente masculino que se acelerou de 1950 a 1970. O valor da variação intercensitária do componente masculino tem sinal negativo e passou de -1,31 para -1,71, da década de 1950 para a década de 1960. Essa mudança foi contrabalançada pelo aumento do componente feminino, cujas taxas de variação média foram 1,24 e 0,78 nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente. As variações do índice de idade e sexo causariam efeito negativo apenas na década de 1950. Na década seguinte, o efeito passou de negativo para positivo nesta variável, embora seu impacto fosse muito pequeno (+ 0,06) de 1960 a 1970. Na última década, a variação intercensitária do índice de idade e sexo atingiu a 1,71, devido, basicamente, à rápida queda da fecundidade ocorrida no período. As variações da composição demográfica da população atuaram, em grande parte, do mesmo modo que o componente feminino, empurrando para cima a taxa bruta de atividade. O reduzido valor do componente masculino não foi o suficiente para contrabalançar o efeito combinado do aumento da participação feminina e uma estrutura de idade e sexo mais favorável da população.

Em resumo, parece que a tendência de queda da razão entre produtores e consumidores no Brasil até 1970 deveu-se, primordialmente, à queda da participação masculina. A composição por idade e sexo da população atuou na mesma direção na década de 1950, mas não na década de 1960. O aumento da participação

TABELA 5

VALORES E ALTERAÇÕES INTERCENSITÁRIAS DAS
TAXAS BRUTAS DE ATIVIDADE E SEUS COMPONENTES^a
BRASIL - 1950-1980

	Valores da Taxa Bruta de Atividade e seus Componentes				Alteração Intercensitária		
	1950	1960	1970	1980	50/60	60/70	70/80
Taxa bruta de atividad.	33,03	32,42	31,55	36,32	-0,61	-0,87	+4,77
Componente masculino	30,39	29,37	27,37	27,33	-1,31	-1,71	-0,04
Componente feminino	4,90	6,14	6,92	10,02	+1,24	+0,78	+3,10
Índice idade-sexo	-2,26	-2,80	-2,74	-1,03	-0,54	+0,06	+1,71

FONTE: Censos Demográficos.

a - Vide explicação sobre padronização e decomposição na nota 7.

feminina agiu, apenas, no sentido de reduzir a taxa de declínio. De 1970 a 1980, o aumento da participação feminina constituiu-se a principal causa da reversão da tendência da taxa bruta de atividade. Nesse período, as mudanças da composição por idade e sexo da população brasileira contribuíram, também, para o aumento do nível da razão entre produtor e consumidor. Dessa maneira, as tendências recentes da taxa bruta de atividade no Brasil sugerem que as variações dos níveis de participação masculina e feminina sejam os principais fatores que influenciam o nível da taxa bruta de atividade do país.

A Tabela 6 mostra as taxas específicas de atividade, por idade, dos homens e das mulheres no Brasil de 1950 a 1980. Durante todo o período, houve queda das taxas de atividade masculinas em todas as faixas etárias. A queda da participação masculina na faixa etária de 10-19 anos de idade acelerou-se até 1970. O aumento ocorrido entre 1970 e 1980 pode ser explicado pela maior enumeração do Censo de 1980, em relação aos censos anteriores. Essa tendência declinante de homens jovens reflete mudança de residência, no sentido rural-urbano, e o aumento, das matrículas escolares. Pode, também, estar relacionada ao aumento dos níveis de renda real.

A queda relativa aos homens mais velhos pode estar relacionada, em parte às mudanças setoriais da PEA, de atividades agrícolas para atividades não agrícolas, à cobertura dos programas de previdência social, especialmente, os benefícios de aposentadoria, etc.

TABELA 6

TAXAS ESPECÍFICAS DE ATIVIDADES (TEA), POR IDADE E
SEXO, BRASIL - 1950-1980

Faixa Etária	Homens				Mulheres			
	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
10 - 19	53,8	45,2	37,8	41,9	15,7	15,0	14,6	19,9
20 - 29	95,1	94,4	90,5	92,9	16,6	20,8	26,0	37,7
30 - 39	97,4	97,4	96,4	96,6	11,5	17,0	20,9	34,2
40 - 49	96,6	96,0	94,1	91,4	10,7	16,7	19,9	30,1
50 - 59	93,1	90,4	85,4	82,4	9,5	14,6	15,5	21,4
60 - 69	82,9	76,5	68,2	58,3	7,8	11,5	10,1	10,6
70 +	56,8	49,4	40,4	22,2	4,6	6,3	7,7	2,8
^a RAR	81,0	77,2	71,5	73,1	13,6	16,6	18,4	26,9

FONTE: Censos Demográficos.

a - Taxa de atividade refinada, isto é, PEA total, dividida pela população de 10 anos ou mais.

Tais razões, muito dificilmente, podem explicar o rápido declínio da participação masculina nas faixas etárias de 40-49 e 50-59. O nível de participação masculina nessas faixas etárias no Brasil é baixo, levando-se em conta padrões internacionais. É possível que haja condições desfavoráveis a esses trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. Uma das razões disso parece ser a estrutura etária da população brasileira, com participação relativamente alta nas idades mais jovens. É provável que os trabalhadores mais jovens estejam competindo com os trabalhadores mais velhos; por exemplo, a razão entre população masculina de 15-24 e 40-49 anos de idade passou de 2,33, em 1950, para 2,40, em 1980. Essa razão era de 2,12, em 1960, e 2,22, em 1970. O pequeno aumento, havido entre 1950 e 1960, correspondeu à menor queda da taxa de atividade da faixa etária de 40-49. Parece haver uma rotatividade ao longo do ciclo ativo dos homens, pela qual os trabalhadores mais jovens substituem os mais velhos, especialmente, nas ocupações que não exigem muita experiência ou alta qualificação. Uma das implicações desta análise é que, mesmo mantendo-se a recuperação do nível de emprego, muito provavelmente, os homens de 40 a 59 anos, que perderam seus empregos durante a crise econômica, dificilmente conseguirão recuperar seus postos de trabalho. É um segmento que necessitará de política específica para manter sua posição na sociedade.

A participação feminina cresce em todas as faixas etárias, exceto na mais velha, tal como mostra a Tabela 6. Dado o nível relativamente baixo das faixas etárias mais velhas e as

dificuldades de enumeração do censo, a tarefa de interpretação do comportamento da tendência da participação feminina é bastante difícil. Diferentemente dos países desenvolvidos do Ocidente, o padrão brasileiro caracteriza-se pela localização de um único pico na faixa etária de 20-29 anos. A taxa de atividade desta faixa etária cresce mais rapidamente do que de qualquer outra. Isto pode ser uma indicação de que as mulheres adultas jovens estejam ingressando no mercado de trabalho a taxas crescentes. A PNAD mostrou o aumento da participação feminina na PEA, em relação a todas as modalidades de estado civil, durante a década de 1970. O rápido aumento é o aspecto mais marcante da participação feminina na PEA, principalmente na década passada, quando a taxa de atividade refinada saltou de 18,4 para 26,9%. Como apontado antes, este aumento pode ser parcialmente explicado pela diferença de enumeração dos diversos censos. De qualquer modo, é ascendente a tendência da participação feminina no Brasil no pós-guerra.

São numerosas as razões determinantes do aumento da participação feminina na PEA brasileira. Do ponto de vista econômico, pode-se argumentar que estaria prevalecendo o efeito de substituição. Uma análise mais acurada deveria considerar a renda familiar, estado civil, presença do marido, etc. Infelizmente, não se dispõe desses dados para uma análise temporal do Brasil. O nível de escolaridade mais alto pode ter influenciado tanto o custo de oportunidade de permanecer em casa, quanto as atitudes em relação à atividade de trabalho, casamento e número de filhos.

E', até mesmo, possível que a queda dos salários reais dos trabalhadores não qualificados, a partir da década de 1960, bem como a piora da distribuição de renda possam ter induzido as mulheres de famílias mais pobres a procurar por emprego, especialmente como domésticas. (8)

Em resumo, o crescimento da PEA no Brasil tem sido mais rápido do que o crescimento da população total e da população em idade de trabalho. Por um lado, a recente queda da fecundidade, que reduziu a taxa de crescimento da população, não alcançou a população em idade de trabalho até 1985. A queda das taxas de atividade masculina não foi suficiente para contrabalançar a velocidade maior do crescimento da população adulta na década passada. Desse modo, a taxa de crescimento da PEA masculina passou de 2,2%, ao ano, para 3,0%, de 1960-70 para 1970-80.

Por outro lado, houve uma intensificação do ritmo de crescimento da PEA feminina, devido, principalmente, ao aumento das taxas de atividade feminina. Como resultado, a participação relativa das mulheres na PEA aumentou de 14,4%, em 1950, para 27,4%, em 1980.

Relativamente às próximas décadas, tais tendências sugerem a existência de duas forças de intensificação do ritmo de crescimento da PEA. A primeira relaciona-se às coortes nascidas nas décadas de 1940 e 1950 (faixas etárias de 20-39 anos em 1980). Essas coortes nasceram em condições de alta fecundidade e rápida queda da mortalidade infantil. Como agora se encontram em idades de altas taxas de atividade, essas coortes, de certo modo,

comandam o ritmo de crescimento da PEA, especialmente da PEA masculina, cujas taxas de atividade nestes grupos etários são altamente inelásticas.

A segunda refere-se ao aumento da participação feminina na PEA, que tem sido tradicionalmente baixa no Brasil. Uma das razões disso, foi o peso da PEA agrícola. Entretanto, recentemente, essa tendência vem-se alterando. Não obstante, a despeito dessas mudanças, apenas 1/3 das mulheres de 10 anos de idade e mais figurava na PEA em 1980. Desse modo, há, ainda, muito espaço para a manutenção do mesmo ritmo de crescimento da PEA feminina.

Os dados da PNAD fornecem informações anuais sobre a evolução da PEA durante a década de oitenta. Infelizmente os dados da PNAD e do Censo Demográfico não são compatíveis. As PNADs enumeram muito mais mulheres e jovens, principalmente no setor agrícola.

No Anexo Estatístico encontra-se a série da PEA por idade e sexo conforme os levantamentos da PNAD e no Anexo 1 há uma avaliação da comparabilidade entre o Censo Demográfico de 1980 e as PNADs.

Não obstante, as tendências segundo as PNADs são as mesmas. A taxa refinada de atividade feminina passou de 32,9 em 1981 para 36,9 em 1985. Embora não tão clara, há uma ligeira tendência de queda das taxas de atividade da população masculina jovem.

3.2 - Distribuição Regional da População Economicamente Ativa

A distribuição regional da população economicamente ativa reflete, de certa maneira, a distribuição da população total, dado que a população inativa tende a morar com os parentes que exercem alguma atividade econômica.

Conforme mostram os dados da Tabela 7, na Região Sudeste concentra a maior parcela da PEA. Segundo estes dados, ao longo do período a Região Nordeste foi perdendo sua posição relativa. Entre 1940 e 1980, esta região teve sua participação relativa no total da PEA diminuída em cerca de 6 pontos percentuais. Há de se ter muito cuidado com a análise intertemporal face às mudanças nas definições e na enumeração da PEA que dificultam comparações entre os diferentes censos.

A Região Sudeste, que já tinha parcela maior da PEA, teve sua participação relativa aumentada. Isto ocorreu em razão do processo de industrialização e sua concentração nesta região e da queda da participação relativa da agricultura no total do emprego.

Enquanto a Região Sul manteve em 1980 uma participação relativa da PEA ligeiramente superior à parte da população total (ver Tabela 1), nas Regiões Norte e Centro-Oeste ocorreu o contrário. É bem provável que os fluxos migratórios para estas regiões sejam dominados pela migração familiar.

A Região Nordeste, pelo contrário, tem perdido mais que proporcionalmente seus membros ativos.

TABELA 7

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL

1940 A 1980

(Em milhares)

	1940		1950		1960		1970		1980	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Brasil	14.758,5	100,00	17.117,4	100,00	22.750,1	100,00	29.557,3	100,00	43.235,7	100,00
Região Norte	534,7	3,62	580,4	3,39	785,7	3,45	1.028,6	3,48	1.812,4	4,19
Região Nordeste .	5.134,9	34,79	5.599,4	32,71	7.076,5	31,11	8.353,8	28,26	11.158,5	25,81
Região Sudeste ..	6.643,3	45,01	7.856,3	45,90	10.130,8	44,53	13.207,3	44,68	20.175,7	46,66
Região Sul	2.019,1	13,68	2.561,6	14,96	3.814,1	16,77	5.428,0	18,36	7.423,2	17,17
Reg. Centro-Oeste	426,5	2,89	519,7	3,04	943,0	4,15	1.539,6	5,21	2.665,9	6,17

FONTE: Censos Demográficos.

4 - ESTIMATIVAS DO CRESCIMENTO POPULACIONAL

A rápida queda da fecundidade no Brasil tem levado os especialistas a constantes exercícios de correções de projeções com base na trajetória passada dos níveis de fecundidade e mortalidade.

Além, das alterações no tamanho, estas projeções apresentam variações na estrutura etária da população. A queda da fecundidade é o fator que provoca maiores alterações na estrutura etária, no sentido do envelhecimento da população. ⁽⁹⁾ No caso brasileiro, além da queda nos níveis de fecundidade, que se intensificou na primeira metade dos anos oitenta, tem ocorrido também significativos ganhos na esperança de vida.

As projeções apresentadas neste trabalho incorporam estas duas tendências.

4.1 - A População Brasileira no Ano 2000

Há alguns anos atrás eram comuns projeções populacionais que estimavam a população brasileira em 200 milhões de habitantes no ano 2.000. Os resultados do censo demográfico de 1980 mostraram que o crescimento demográfico brasileiro já vinha se desacelerando. Com base na taxa média anual de crescimento (2,45%) da década de setenta e nos resultados do censo demográfico de 1980, a população brasileira no ano 2.000 não ultrapassaria os 194,3 milhões de habitantes. Estas projeções são consideradas bastante exageradas, dada a intensificação da queda da fecundidade, a partir de 1981.

Este trabalho utiliza os resultados de projeções realizadas por Hakkert ⁽¹⁰⁾ que incorporou as informações da PNAD de 1984.

Foram selecionadas as duas alternativas extremas do conjunto de projeções cujos resultados aparecem na Tabela 8.

TABELA 8

POPULAÇÃO BRASILEIRA OBSERVADA EM 1980 E PROJETADA PARA O ANO 2000, SEGUNDO DUAS HIPÓTESES DE CRESCIMENTO *

(Em milhões)

	1980		2000			
	Observada		Hipótese A		Hipótese B	
Total	119,200	100,00	175,500	100,00	164,500	100,00
0 - 14	46,130	38,70	61,074	34,80	45,238	27,50
15 - 64	68,266	57,27	106,669	60,78	110,857	67,39
65 +	4,804	4,03	7,757	4,42	8,406	5,11

FONTE: HAKKERT, Ralph. "A queda da fecundidade e o novo padrão da estrutura etária brasileira", op. cit. na nota 9.

* Hipótese A: Os níveis de fecundidade e de mortalidade de 1984 ficarão constantes e nos valores observados na PNAD de 1984; isto é, taxa de fecundidade total de 3,5 filhos por mulher em idade fértil e esperança de vida ao nascer de 65 anos para as mulheres e 61 anos para os homens.

Hipótese B: Continua acentuada a queda rápida da fecundidade até que a taxa de fecundidade total atinja 2,0 filhos por mulher em idade fértil, no quinquênio 1995-1999. Simultaneamente ocorre gradual aumento da esperança de vida até que seus níveis no quinquênio 2005-2009 alcancem 75 anos para as mulheres e 71 anos para os homens.

A hipótese "A" refere-se à situação mais conservadora, qual seja a manutenção dos níveis de fecundidade e de mortalidade subjacentes aos dados da PNAD 1984.

A taxa de fecundidade total permaneceria inalterada em 3,5 filhos por mulher em idade fértil (de 15 a 49 anos) e a esperança de vida ao nascer se manteria constante em 65 anos para as mulheres e 61 anos para os homens.

A hipótese "B" projeta para o futuro as tendências declinantes dos níveis de fecundidade e de mortalidade.

Nesta alternativa, a taxa de fecundidade total continuaria caindo até atingir 2,0 filhos por mulher em idade fértil, no quinquênio 1995-1999.

A esperança de vida ao nascer manteria sua tendência de elevação gradual para, no quinquênio 2005-2009, alcançar os níveis de 75 anos para as mulheres e 71 anos para os homens.

Em todas as duas alternativas a taxa média de crescimento anual da população total entre 1980 e 2.000 seria inferior a 2,0% (1,9% na hipótese "A" e 1,6% na hipótese B). Vale dizer, do ponto de vista do crescimento demográfico, o Brasil já não mais pertence ao bloco dos países com rápido crescimento populacional.⁽¹¹⁾

Os efeitos da desaceleração do crescimento aparecem, de imediato, na distribuição etária da população através do aumento na participação relativa do segmento dos idosos (65 anos e mais) e da população em idade ativa (15-64 anos) e da consequente queda na participação relativa das crianças (0 - 14 anos).

As taxas médias anuais de crescimento destes três segmentos serão, também, bastante diferenciadas. O segmento dos idosos manterá o ritmo de crescimento mais elevado (2,4% na hipótese "A" e 2,8% na hipótese "B"), devido a estar representado a memória do crescimento mais elevado das coortes que, nascidas sob um regime de fecundidade alto, experimentaram substancial ganhos de esperança de vida.

O segmento 15-64 anos terá um crescimento médio anual entre 2,2% (hipótese "A") e 2,47 (hipótese B). Internamente existem diferenças consideráveis neste grupo. Enquanto os segmentos que terão menos de 30 anos no ano 2.000 já nasceram sob o regime de fecundidade decrescente, as coortes entre 30 e 54 anos carregam as taxas mais elevadas de crescimento demográfico, postos que nasceram em período de altas taxa de fecundidade e quedas acentuadas de mortalidade infantil.

O segmento abaixo dos 15 anos apresenta a taxa média de crescimento mais baixa (1,4% na hipótese "A") e (-0,1% na hipótese "B"). Caso se mantenha a tendência de queda rápida da fecundidade este grupo poderá se reduzir em números absolutos.

4.2 - Distribuição Regional da População Estimada

Como foi visto na seção 2.1 a distribuição regional da população brasileira apresenta uma tendência de ligeiro aumento da participação relativa das regiões menos densamente povoadas

(Norte e Centro-Oeste) e uma tendência secular de queda na participação relativa do Nordeste.

Tem ocorrido também um rápido processo de urbanização que se intensificou na última década, quando houve uma redução, em termos absolutos, da população rural.

As informações sobre as áreas metropolitanas são mais recentes. Em 1970, as nove áreas metropolitanas abrigavam 25,56% da população brasileira e em 1980, 29% da população do país residiam aí. Na década de setenta, a população das áreas metropolitanas cresceu, em média, a 3,7% ao ano.

Com a redução rápida do crescimento da população total, este ritmo de crescimento da população urbana, e das áreas metropolitanas em particular, só se sustentará às custas de um brutal esvaziamento do campo. É razoável se admitir que entre 1980 e 2.000 deverá haver uma desaceleração no ritmo do crescimento urbano. Pouco se conhece sobre as inter-relações entre a queda da fecundidade e os fluxos migratórios. Não se tem, também, nenhuma informação sobre as migrações internas durante os anos oitenta.

Assim, as estimativas sobre a distribuição espacial da população neste trabalho se baseam nas projeções de tendências passadas e possíveis alterações em suas intensidades.

São duas as estimativas.

Cada hipótese de distribuição regional da população é combinada com uma hipótese de projeção.

TABELA 9

PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA O
ANO 2000, SEGUNDO GRANDES REGIÕES, ÁREAS METROPOLITANAS,
OUTRAS ÁREAS URBANAS E ÁREAS RURAIS

(Em milhões)

	AA'	AB'	BA'	BB'
BRASIL				
1 Total (4 + 5)	175,500	175,500	164,500	164,500
2 Áreas Metropolitanas	57,975	61,763	54,330	55,780
3 Outras Áreas Urbanas	97,413	75,167	91,320	70,150
4 Urbano Total (2 + 3)	155,388	136,930	145,650	125,930
5 Rural	20,112	38,570	18,850	38,570
REGIÃO NORTE				
1 Total (4 + 5)	9,124	11,493	8,550	11,000
2 Áreas Metropolitanas	1,849	1,853	1,730	1,670
3 Outras Áreas Urbanas	5,143	4,310	4,820	4,000
4 Urbano Total (2 + 3)	6,992	6,163	6,550	5,670
5 Rural	2,132	5,330	2,000	5,330
REGIÃO NORDESTE				
1 Total (4 + 5)	40,929	44,420	38,360	42,260
2 Áreas Metropolitanas	9,317	11,117	8,730	10,040
3 Outras Áreas Urbanas	21,232	15,803	19,900	14,720
4 Urbano Total (2 + 3)	30,549	26,920	28,630	24,760
5 Rural	10,380	17,500	9,730	17,500
REGIÃO SUDESTE				
1 Total (4 + 5)	81,288	74,168	76,200	68,590
2 Áreas Metropolitanas	39,753	43,234	37,260	39,050
3 Outras Áreas Urbanas	39,091	26,244	36,650	24,950
4 Urbano Total (2 + 3)	78,844	69,478	73,950	63,900
5 Rural	2,444	4,690	2,290	4,690
REGIÃO SUL				
1 Total (4 + 5)	27,867	27,961	26,120	26,250
2 Áreas Metropolitanas	7,056	5,559	6,610	5,020
3 Outras Áreas Urbanas	17,185	15,802	16,110	14,630
4 Urbano Total (2 + 3)	24,241	21,361	22,720	19,650
5 Rural	3,626	6,600	3,400	6,600
REGIÃO CENTRO-OESTE				
1 Total (4 + 5)	16,292	17,458	15,270	16,400
2 Áreas Metropolitanas	-	-	-	-
3 Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-
4 Urbano Total (2 + 3)	14,762	13,008	13,840	11,950
5 Rural	1,530	4,450	1,430	4,450

a) Hipótese A'

- i - Manutenção da tendência brasileira de urbanização dos últimos 20 anos, porém a um ritmo mais lento. Assim, no ano 2.000 a população urbana brasileira chegaria a 88,54% do total da população.
- ii - Continuaría tendência de queda, verificada na década de setenta, da participação relativa da população das áreas metropolitanas no total da população urbana (45,71% em 1970; 42,91% em 1980 e 37,31% em 2.000). Isto significa que o processo de urbanização continuaria se dando através da intensificação do crescimento das cidades pequenas e de porte médio. Em relação à população total, a população das áreas metropolitanas continuariam elevando sua participação relativa (25,56% em 1970; 29,00% em 1980; e 33,03% em 2.000).
- iii - Manutenção da tendência de distribuição regional experimentada nos últimos 20 anos. Assim, foi projetada para o ano 2.000 a mesma variação na participação relativa das populações urbana e rural de 1960 a 1980 de cada região. Para a população das áreas metropolitanas projetou-se duas vezes a variação da participação relativa entre 1970 e 1980. A população urbana não residente nas áreas metropolitanas foi determinada como resíduo (total urbana - área metropolitana).

b) Hipótese B'

i) A população rural brasileira manteria estagnada entre 1980 e 2.000 com 38,570 milhões de habitantes.

ii) Intensificaria a participação relativa das regiões Norte e Centro-Oeste no total da população rural, enquanto reduziria a participação relativa das regiões Sul e Sudeste. Na região Norte o aumento seria igual duas vezes a variação na participação relativa desta região no total da população rural entre 1960 e 1980 ($2 \times 3,23$); na região Centro-Oeste o aumento seria igual à quatro vezes a variação no período 1960-1980 ($4 \times 1,31$); na região Sudeste se manteria a mesma tendência de queda na participação no total da população rural entre 1960 e 1980 ($-10,9$); e a variação na participação da região Nordeste seria residual. Assim, a distribuição regional da população rural no ano 2.000 seria:

Região Norte	13,83%
Região Nordeste	45,38%
Região Sudeste	17,18%
Região Sul	17,10%
Região Centro-Oeste .	11,54%

Brasil	100,00%

iii) A população das áreas metropolitanas manteria sua tendência de aumento, mas crescendo, em média, mais rapidamente

do que as populações das outras áreas urbanas. Isto significa que o estancamento do esvaziamento absoluto das áreas rurais se faria pela redução no ritmo de crescimento das pequenas e médias cidades. No seu conjunto, a taxa de crescimento das áreas metropolitanas seria cerca de 1,5 vezes a taxa de crescimento da população total (no caso da hipótese A, 2,91% ao ano e no caso da hipótese B, 2,40% ao ano).

- iv) Haveria uma tendência de reversão na distribuição regional da população das áreas metropolitanas, aumentando a participação relativa das regiões Sudeste e Nordeste. A distribuição no ano 2.000 seria:

Região Norte	3,00%
Região Nordeste	18,00%
Região Sudeste	70,00%
Região Sul	9,00%
Brasil	100,00%

- v) O restante da população urbana é residual (População urbana = População total - População rural e restante urbano = População urbana - áreas metropolitanas). O total da população urbana, contudo, seria distribuído entre as regiões conforme a tendência dos últimos 20 anos. Isto é, igual a suposição da hipótese A.

A Tabela 9 apresenta os resultados das estimativas. No caso da hipótese A' que admite a manutenção da tendência de urbanização, a redução no crescimento populacional levaria à uma enorme queda da população rural. No caso do crescimento mais lento da população brasileira (BA') a população rural em 2.000 representaria 48,9% do seu tamanho em 1980. A população urbana representaria mais de 2/3 da população em todas as regiões. No Sudeste chegaria a cerca de 97%.

No caso da hipótese B', a população urbana brasileira chegaria a 76,55% da população total no ano 2.000. Haveria uma redução no processo de urbanização de algumas regiões, como da Região Norte. Mas a região Sudeste chegaria ao ano 2.000 com cerca de 93% de sua população vivendo nos centros urbanos e cerca de 57% nas áreas metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte).

5 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

O crescimento da PEA depende do crescimento da população em idade de trabalhar e das variações nas taxas de atividade por idade e sexo. O crescimento agregado da população depende das tendências passadas da fecundidade e da mortalidade, bem como das condições correntes de mortalidade dos segmentos populacionais relevantes. No caso das populações regionais devem ser acrescentados os saldos migratórios.

As variações nas taxas de atividade depende tanto de fatores econômicos como de fatores culturais e institucionais. (12)

Segundo a teoria econômica, as taxas de atividade dependem do nível do salário real. A tendência declinante das taxas de atividade masculina observada universalmente poderia estar refletindo o efeito renda enquanto o aumento nas taxas de atividade feminina seria o resultado do efeito-substituição. Quanto aos jovens, independentemente da renda familiar, alguns fatores do lado da demanda são, também, importantes. O peso, tanto do emprego rural quanto das atividades informais, pode influenciar as condições de emprego deste segmento. A obrigatoriedade de frequência à escola e as restrições ao trabalho do menor são, também, importantes,

Em relação aos idosos, existem outros fatores importantes além do salário real. As taxas de atividade dos trabalhadores mais velhos serão mais altas, quanto maior for o peso do setor agrícola. Desse modo, reduzindo-se a participação do emprego agrícola no total do emprego, haverá uma tendência de queda dessas taxas de atividade. O sistema de Previdência Social e de pagamento de aposentadoria pode, também, afetá-las. A ampliação do alcance dos benefícios da previdência social, como a assistência médica gratuita e outras vantagens para os idosos, pode atuar na mesma direção do efeito-renda quando eleva-se a renda real; isto é, reduzindo as taxas de atividade. As normas de pagamento de aposentadoria podem, também, afetar as taxas de atividade. Por exemplo, a fixação de um limite de idade, abaixo do qual ninguém

poderia se aposentar, independentemente dos anos de trabalho, pode tornar as taxas de atividade dos idosos menos flexíveis até esta idade.

Quanto às mulheres, as tendências são menos nítidas. Não há qualquer padrão definido que tenha comprovação empírica ou seja generalizado internacionalmente. Em alguns países, os níveis femininos de atividade descrevem uma curva em forma de U; em outros, tendem a aumentar e; ainda, em outros países, parecem declinar. (13) No caso do Brasil, a tendência do pós-guerra é de crescimento, sugerindo a predominância do efeito-substituição. Todavia, não se dispõe de dados desagregados, por estado civil e a nível familiar, que pudessem permitir o teste de hipóteses mais consistentes no longo prazo. Além disso, é provável que os fatores que influenciam os níveis de fecundidade venham, simultaneamente, a afetar a participação de mulheres casadas no mercado de trabalho. Pelo lado da demanda, deve-se considerar a expansão do emprego em ocupações tradicionalmente femininas. Ultimamente, o espectro de ocupações femininas parece estar alargando-se no Brasil. Contudo, a concentração ocupacional feminina é, ainda, muito alta.

Estas considerações sugerem a dificuldade na formulação de um modelo único de determinação das taxas de atividade por idade e sexo que pudesse ser utilizado para a estimação de suas variações no longo prazo.

Ademais, no caso brasileiro ocorrem dificuldades sérias de enumeração, principalmente quanto à PEA feminina, jovens e idosos.

5.1 - Projeção da PEA para o ano 2000

Dadas as dificuldades decorrentes da complexidade de fatores, que afetam as taxas de atividade, para se estabelecer um conjunto de hipóteses necessárias para a projeção das taxas de atividade, optou-se neste trabalho por usar um método simples de comparação de trajetórias internacionais. Para isso, foram usados os padrões internacionais estabelecidos por Durand⁽¹⁴⁾ de acordo com níveis de desenvolvimento relativo. Em seu estudo, Durand classificou os países em cinco grupos. O Brasil ficou no nível intermediário III. As projeções foram, então, feitas, admitindo-se que o Brasil estaria se deslocando em direção do nível mais alto (nível V). Desse modo, as taxas masculinas, relativas ao ano 2000, foram estimadas, multiplicando-se as taxas observadas no ano base (1980 para as projeções com os dados do censo demográfico) pela razão entre as taxas de atividade médias dos grupos V e III.

O mesmo procedimento foi utilizado para se estimar as taxas femininas. A única exceção foi que se aplicou apenas $\frac{2}{3}$ da razão entre as taxas médias de atividade dos grupos V e III ao período entre o ano base e o ano 2000.⁽¹⁵⁾

Com a finalidade de evitar drásticas variações nas estimativas em função das dificuldades de enumeração da PEA nos

censos demográficos anteriores, as projeções foram restritas ao intervalo de idade de 15 a 59 anos.

Finalmente, dada a grande diferença de enumeração da PEA feminina entre o censo demográfico e a PNAD, foram feitas duas projeções: uma com base nos dados do censo demográfico de 1980 e outra com base nos dados da PNAD 85.

TABELA 10

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NO ANO 2000,
SEGUNDO DIFERENTES BASES DE DADOS

(Em milhões)

	Masculina	Feminina	Total
Censo Demográfico 1980	45,798	27,526	73,324
PNAD 1985	47,035	34,188	81,223

A Tabela 10 acima apresenta os resultados para o Brasil desagregados por sexo.

Com base nos dados do censo demográfico de 1980, a PEA em 2000 atingiria os 73,324 milhões de trabalhadores. Com base nos dados da PNAD de 1985, a PEA seria cerca de 11% maior; ou seja, 81,223 milhões. A diferença é devida basicamente à diferença na enumeração da PEA feminina. A projeção com os dados da PNAD dão um total de mulheres na PEA 24,2% maior do que a projeção com base nos dados do censo demográfico.

Tomando a projeção com base no censo demográfico de 1980, a PEA estaria crescendo, entre 1980 e 2000, a uma taxa anual média de 3,1%. Tomando-se a outra projeção, a PEA estaria

crecendo, entre 1985 e 2000, a uma taxa anual média de 3,3%. Este crescimento é superior ao crescimento histórico da PEA (1950-1980) que foi de cerca de 2,8% e superior, também, ao crescimento da população em idade de trabalhar entre 1980 e 2000 (entre 2,2 e 2,4% ao ano). Nas duas projeções, a PEA masculina estimada apresenta uma taxa média anual de crescimento de 2,4% e a PEA feminina de 4,6%.

5.2 - Distribuição regional da PEA

Se existem muitas incertezas quanto à trajetória de crescimento da PEA brasileira, principalmente em razão das possíveis tendências nos níveis de atividade feminina, essas incertezas se multiplicam quando a análise se dirige para o nível regional.

Neste trabalho foi considerado apenas a divisão em grandes regiões (não foram feitas estimativas a nível de áreas metropolitanas, setores urbanos e rurais).

Considerou-se que a tendência de redistribuição regional entre 1960 e 1980 continuaria até o ano 2000.

TABELA 11

ESTIMATIVAS DA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA PROJETADA PARA O ANO 2000

	Participação Relativa	Com Base no Censo Demográfico o de 1980	Com Base na PNAD de 1985
Brasil	100,00	73,324	81,223
Norte	4,93	3,615	4,004
Nordeste	20,52	15,046	16,667
Sudeste	48,79	35,775	39,629
Sul	17,57	12,883	14,271
Centro-Oeste	8,19	6,005	6,652

A primeira coluna da Tabela 11 mostra qual seria, então, a distribuição relativa da PEA no ano 2000.

As outras colunas mostram a distribuição da PEA segundo as duas alternativas de projeção.

A se manter a tendência histórica, haverá uma redução considerável da PEA no Nordeste e sua concentração na região Sudeste.

NOTAS

- (1) Esta seção não pretende analisar as tendências da mortalidade e da fecundidade no Brasil. Para um estudo sobre o tema ver CARVALHO, José Alberto M. de. "Evolução Demográfica Recente no Brasil", Pesquisa e Planejamento Econômico, 10(2):527-54, ago. 1980.
- (2) Sobre as diferenciais de mortalidade por níveis de renda ver CARVALHO, José Alberto M. de.
- (3) Sobre a expansão extensiva da agricultura brasileira ver, entre outros, BARROS, de Castro, A. 7 Ensaios sobre a Economia Brasileira, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1977, vol. 1, e MENDONÇA de Barros Jr. e GRAHAM, D.H. "A agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos", Pesquisa e Planejamento Econômico, 8(3):695-726, dez. 1978. Para uma tentativa de interpretar as relações econômico-demográficas no Brasil ver PAIVA, Paulo. "O Processo de Proletarização e a Transição Demográfica no Brasil" a ser publicado por Revista Brasileira de Economia.
- (4) Sobre o tema ver, entre outros: BACHA, Edmar L. Milton da e MODENESI, Rui L. Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra. Rio de Janeiro, Coleção Relatórios de Pesquisa, IPEA, 1972. EDWARDS, Edgar O. (ed). Employment in Developing Nations. New York, N.Y., Columbia University Press, 1974. LEWIS, W, Arthur. "Economic development with unlimited

supplies of labor". Manchester School of Economics and Social Studies, vol. 22(2):139-91, 1954. MACEDO, Roberto B.M. Models of the demand for labor and the problem of labor absorption in the Brazilian manufacturing sector. Cambridge, Mass., Harvard University. Unpublished Ph.D. dissertation, 1974.

- (5) Ver BACHA, E. et alii, citado na nota 4 e SOUZA, Paulo Renato. "Desemprego: um grave problema ainda não equacionado. In: SALM, C. et alii. Política de emprego. Rio de Janeiro, Coleção Universidade e Indústria, Instituto Euvaldo Lodi, p. 107-29.
- (6) A PEA é enumerada nos censos demográficos brasileiros, os quais, desde 1960, utilizam o conceito de ocupação usual, cujo período de referência são os doze meses imediatamente anteriores à data da entrevista. Houve importante modificação na organização do questionário de 1980, em relação aos questionários aplicados em 1960 e 1970. Nestes dois últimos a pergunta era feita de forma negativa ("Se você nem trabalhou nem procurou por emprego, que atividade você considera principal?"). Em 1980, a pergunta foi feita de forma positiva ("No período de referência, você trabalhou?") e sim e não eram as respostas possíveis. É bastante possível que a enumeração de mulheres e jovens, em 1980, tenha sido relativamente maior do que seria, fosse o questionário o mesmo.

- (7) Tais componentes foram concebidos por Durand para estudar as tendências das taxas de atividade. Com a finalidade de tornar os resultados deste trabalho comparáveis com as estimativas de Durand para outros países, foi utilizada sua população padrão, que é uma aproximação da distribuição etária estimada da população mundial, para cada sexo, de 1960. DURAND, John D. The labor force in economic development: an international comparison of census statistics. Princeton, N.J. Princeton University Press, 1975.
- (8) A este respeito ver MILLER, Ann R. International variation in industrial distribution of the labor force. Philadelphia, University of Pennsylvania. Discussion Paper, 1971.
- (9) Para um estudo das mudanças na estrutura etária da população brasileira ver Carvalho, J.A., citado na nota 1.
- (10) HAKKERT, Ralph. "A queda da fecundidade e o novo padrão da estrutura etária brasileira", Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, SP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 1986, vol.1, p.257-69.
- (11) A taxa de 2,0% ao ano tem sido utilizada como o divisor entre os países de rápido e de lento crescimento demográfico. Ver Banco Mundial. Informe sobre el Desarrollo

Mundial, 1984, Washington, D.C., Oxford University Press,

 1984 e McNicoll, Geoffrey, "Consequences of Rapid
 Population Growth: An Overview and Assessment", Population
and Development Review, 10(2):177-240, junho de 1984.

(12) DURAND, John, citado na nota 6.

(13) ---. Citado na nota 6.

(14) ---. Citado na nota 6.

(15) Para uma análise mais detalhada deste procedimento de
 projeção veja Paiva, Paulo. "Cinquenta anos de crescimento
 populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: de 1950 a
 2000", Revista Brasileira de Estudos Populacionais,
 3(1):63-86, jan./jun. 1986.

ANEXO ESTATÍSTICO

TABELAS

- 1 - População residente por sexo, unidade da Federação e grandes regiões, 1940 a 1980.
- 2 - Expectativa de vida ao nascer (ambos os sexos), segundo Unidades da Federação e grandes regiões, 1940 a 1980
- 3 - Taxa de fecundidade total, segundo grandes regiões e Unidades da Federação, 1940-1980.
- 4 - Evolução do grau de urbanização, segundo grandes regiões e Unidades da Federação, 1940 a 1980.
- 5 - População Economicamente Ativa, por sexo e grupo etário, Brasil, 1940 a 1980.
- 6 - População Economicamente Ativa, por sexo, segundo grandes regiões e Unidades da Federação, 1940 a 1980.
- 7 - População Economicamente Ativa, segundo o sexo e os grupos de idade, 1973 a 1985.
- 8 - Taxa específica de atividade das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo e os grupos de idade, 1973 a 1985.
- 9 - Distribuição Regional da População Brasileira, segundo grandes regiões e situação de domicílio, 1950-1980.

- 10 - Distribuição Regional de População projetada para o ano 2000, segundo grandes regiões e situação de domicílio.
- 11 - Taxas médias anuais de crescimento da população projetada para o ano 2000.
- 12 - Projeções da População Brasileira, segundo grandes regiões, áreas metropolitanas, outras áreas urbanas e áreas rurais, 1985 a 2000.
- 13 - Estimativas de População Economicamente Ativa, segundo o sexo e diferentes bases de dados, 1985 a 2000.
- 14 - Estimativas da População Economicamente Ativa, segundo as grandes regiões e diferentes bases de dados, 1985 a 2000.

TABELA 1
POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E GRANDES REGIÕES - 1940 A 1980
(Em milhares)

	1940		1950		1960		1970		1980	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
BRASIL	20.615	20.624	25.885	26.060	35.055	35.015	46.332	46.808	59.125	59.881
REGIÃO NORTE	744	719	941	905	1.306	1.257	1.819	1.785	2.990	2.891
Rondônia (1)	-	-	21	16	39	31	59	52	259	232
Acre	44	36	63	52	84	74	112	103	155	146
Amazonas	226	212	264	250	364	345	482	473	712	709
Roraima (2)	-	-	10	9	15	14	21	20	41	38
Pará	474	471	563	560	770	760	1.087	1.080	1.785	1.679
Amapá	-	-	20	18	34	33	58	57	88	88
REGIÃO NORDESTE	7.067	7.369	8.767	9.208	10.862	11.319	13.719	14.393	17.037	17.776
Maranhão	614	621	790	793	1.252	1.217	1.496	1.497	1.990	8.006
Piauí	405	413	517	529	615	628	828	853	1.098	1.090
Ceará	1.028	1.063	1.322	1.374	1.613	1.684	2.130	2.231	2.573	2.716
Rio Grande do Norte	380	388	474	494	559	586	755	796	926	972
Paraíba	698	725	833	880	970	1.030	1.143	1.239	1.335	1.435
Pernambuco	1.307	1.381	1.645	1.751	1.983	2.113	2.490	2.672	2.969	3.175
Alagoas	462	490	527	567	612	647	777	811	971	1.012
Sergipe	259	284	307	338	363	389	437	464	558	583
Bahia	1.914	2.004	2.352	2.422	2.895	3.025	3.663	3.830	4.667	4.787
REGIÃO SUDESTE	9.262	9.084	11.327	11.220	15.380	15.251	19.854	19.999	25.729	26.005
Minas Gerais (4)	3.387	3.394	3.891	3.933	4.967	4.946	5.708	5.779	6.667	6.711
Espírito Santo	392	380	404	450	662	636	806	794	1.019	1.004
Rio de Janeiro (5)	1.812	1.800	2.323	2.351	3.271	3.340	4.409	4.586	5.523	5.769
São Paulo	3.671	3.510	4.649	4.486	6.480	6.329	5.931	8.840	12.520	12.521
REGIÃO SUL	2.893	2.842	3.961	3.879	5.974	5.779	8.332	8.165	9.532	9.500
Paraná	633	603	1.091	1.024	2.216	2.052	3.552	3.378	3.851	3.779
Santa Catarina	596	582	789	771	1.074	1.044	1.463	1.439	1.830	1.798
Rio Grande do Sul	1.664	1.657	2.021	2.084	2.684	2.683	3.317	3.348	3.851	3.923
REGIÃO CENTRO-OESTE	649	610	889	848	1.533	1.409	2.608	2.466	3.837	3.709
Mato Grosso do Sul (6) ...	-	-	-	-	-	-	-	-	706	664
Mato Grosso	230	202	271	251	464	425	833	764	594	545
Goiás	419	408	618	597	982	931	1.504	1.435	1.963	1.897
Distrito Federal	-	-	-	-	87	53	271	267	574	603

FONTE: Censos Demográficos, IBGE.

NOTAS:

(1) Até 1950 chamava-se Guaporé

(2) Até 1950 chamava-se Rio Branco

(3) Inclusive os residentes no Território de Fernando Noronha

(4) Inclusive a parte proporcional dos residentes na Área da Serra dos Aimorés em 1940, 1950 e 1960

(5) Até 1970 refere-se aos dados agregados do Estado do Rio de Janeiro e do antigo Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara

(6) Desmembrado do Estado do Mato Grosso em 1980

(-) Dados não disponíveis.

EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER (AMBOS OS SEXOS),
SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO
1940 A 1950*

	1940	1950	1960	1970	1980
BRASIL	42,74	45,90	52,37	52,67	60,08
REGIÃO NORTE	40,44	44,26	52,62	54,06	64,17
Rondônia	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-
Amazonas	41,95	43,77	52,11	54,31	65,46
Roraima	-	-	-	-	-
Pará	40,06	45,39	53,49	54,39	63,74
Amapá	-	-	-	-	-
REGIÃO NORDESTE	38,17	38,69	43,51	44,38	51,57
Maranhão	41,85	44,47	48,66	49,07	55,36
Piauí	42,73	45,47	44,78	49,41	57,88
Ceará	41,14	40,93	38,90	43,14	46,99
Rio Grande do Sul	33,50	33,90	34,08	38,63	45,39
Paraíba	35,06	34,82	35,16	38,91	44,35
Pernambuco	35,48	35,02	36,84	41,13	47,77
Alagoas	37,11	36,85	37,40	40,55	46,91
Sergipe	34,83	37,30	41,21	45,12	53,31
Bahia	39,60	40,69	44,67	48,77	57,99
REGIÃO SUDESTE	44,00	48,81	56,96	56,89	63,59
Minas Gerais	43,58	46,76	53,55	54,35	63,13
Espírito Santo	47,19	50,40	57,89	57,92	67,27
Rio de Janeiro (1)	45,38	50,91	59,19	57,29	63,23
São Paulo	43,57	49,92	59,11	58,45	63,55
REGIÃO SUL	50,09	53,33	60,34	60,26	66,98
Paraná	45,13	47,21	55,82	57,90	64,37
Santa Catarina	51,65	53,92	60,23	60,85	66,78
Rio Grande do Sul	52,05	57,22	65,17	64,52	70,62
REGIÃO CENTRO-OESTE	48,28	51,03	56,40	55,96	64,70
Mato Grosso do Sul (2)	-	-	-	-	66,00
Mato Grosso	54,64	54,30	61,12	57,86	65,58
Goiás	45,55	49,78	55,03	55,28	63,62
Distrito Federal	-	-	48,91	54,17	65,93

FONTE: IBGE (Estimativas Elaboradas pela Equipe de Demógrafos do IBGE).

(1) 1970 refere-se aos dados agregados do Estado do Rio de Janeiro e do antigo Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara.

(2) Desmembrado do Estado do Mato Grosso em 1980.

(-) Dados não disponíveis.

(*) As estimativas referem-se a média da década imediatamente anterior ao ano do Censo Demográfico.

TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL* SEGUNDO AS
GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1940-1980

Grandes Regiões		Taxa de Fecundidade Total				
e						
Unidades da Federação	1940	1950	1960	1970	1980	
BRASIL	6,16	6,21	6,28	5,76	4,35	
NORTE	7,17	7,97	8,56	8,15	6,45	
Rondônia	-	-	-	9,72	6,18	
Acre	-	-	-	9,90	6,88	
Amazonas	7,66	8,44	9,07	8,55	6,75	
Roraima	-	-	-	8,57	6,05	
Pará	6,80	7,48	7,99	7,72	6,35	
Amapá	-	-	-	8,24	6,97	
NORDESTE	7,15	7,58	7,39	7,53	6,13	
Maranhão	6,64	6,56	7,11	7,26	6,93	
Piauí	7,45	8,10	7,78	7,84	6,54	
Ceará	8,30	7,88	7,53	7,74	6,05	
Rio Grande do Norte ..	8,37	8,31	8,21	8,44	5,67	
Paraíba	8,39	8,07	7,58	7,74	6,19	
Pernambuco	6,65	7,17	7,18	7,03	5,40	
Alagoas	6,62	7,25	7,33	7,58	5,67	
Sergipe	6,73	7,11	7,24	7,87	6,03	
Bahia	6,75	7,39	7,32	7,48	6,23	
SUDESTE	5,69	5,45	6,34	4,56	3,45	
Minas Gerais	7,69	7,56	7,69	6,17	4,31	
Espírito Santo	7,06	7,19	7,63	6,44	4,28	
Rio de Janeiro	4,41	4,38	4,53	3,80	2,94	
São Paulo	5,02	4,65	4,87	3,94	3,24	
SUL	5,65	5,78	5,89	5,42	3,63	
Paraná	5,97	6,27	6,51	5,40	4,12	
Santa Catarina	6,56	7,23	7,30	6,10	3,82	
Rio Grande do Sul ...	5,08	5,22	5,11	4,29	3,11	
CENTRO-OESTE	6,36	6,86	6,74	6,42	4,51	
Mato Grosso do Sul ..	-	-	-	-	4,39	
Mato Grosso	(1)6,38	(1)6,99	(1)6,57	(1)6,75	4,70	
Goiás	6,28	6,72	6,77	6,46	4,73	
Distrito Federal	-	-	6,85	5,56	3,62	

FONTE: IBGE.

(1) Inclusive Mato Grosso do Sul.

*Os dados referem-se à média da década imediatamente anterior ao ano do Censo Demográfico.

TABELA 4
EVOLUÇÃO DO GRAU DE URBANIZAÇÃO* DO BRASIL
SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO
1940 a 1980

	1940	1950	1960	1970	1980
BRASIL	31,24	36,16	44,67	55,92	67,59
REGIÃO NORTE	27,75	31,49	37,38	45,13	51,65
Rondônia (1)	-	37,41	43,25	53,63	46,54
Acre	17,72	18,54	20,67	27,55	43,87
Amazonas	23,92	26,79	32,88	42,48	59,90
Roraima (2)	-	28,33	42,91	42,76	61,56
Pará	30,37	43,63	40,21	47,16	48,99
Amapá	-	37,09	51,36	54,61	59,19
REGIÃO NORDESTE	23,42	26,40	33,89	41,81	50,46
Maranhão	15,02	17,32	17,68	25,13	31,41
Piauí	15,19	16,31	22,96	31,93	41,98
Ceará	22,72	25,21	33,34	40,81	53,14
Rio Grande do Norte	21,39	26,22	37,37	47,56	58,75
Paraíba	21,89	26,66	34,85	42,06	52,31
Pernambuco	25,59	34,38	44,57	54,47	61,60
Alagoas	24,09	26,20	33,42	39,78	49,26
Sergipe	30,66	31,81	38,54	46,12	54,19
Bahia	23,93	25,87	34,34	41,18	49,29
REGIÃO SUDESTE	39,42	47,55	57,00	72,68	82,81
Minas Gerais (4)	24,98	29,71	38,82	52,76	67,14
Espírito Santo (4)	20,39	21,57	29,17	45,14	63,92
Rio de Janeiro (5)	61,25	72,61	78,88	87,90	91,82
São Paulo	44,12	52,59	62,61	80,33	88,64
REGIÃO SUL	27,73	29,50	37,10	44,27	62,41
Paraná	24,45	24,97	30,60	36,14	58,62
Santa Catarina	21,53	23,24	31,82	42,94	59,38
Rio Grande do Sul	31,15	34,14	44,36	53,31	67,55
REGIÃO CENTRO-OESTE	21,52	24,38	34,22	48,04	67,79
Matogrosso do Sul (6) ...	-	-	-	-	49,01
Mato Grosso	29,78	34,06	38,62	42,84	57,52
Goiás	17,20	20,22	30,07	42,10	62,22
Distrito Federal	-	-	63,02	96,02	96,78

FONTE: Censos Demográficos.

*Grau de urbanização refere-se a população urbana como percentagem da população total.

(1) Até 1950 chamava-se Guaporé.

(2) Até 1950 chamava-se Rio Branco.

(3) Inclusive a população do Território de Fernando de Noronha.

(4) Inclusive a parte proporcional a população da Arca da Serra dos Aimorés.

(5) Até 1970 refere-se ao Estado do Rio de Janeiro e no antigo Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara.

(6) Desmembrado do Estado do Mato Grosso em 1980.

(-) Dados não disponíveis.

TABELA 5

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO E GRUPO ETÁRIO, BRASIL, 1940 A 1980

(Em milhares)

Grupos Etários(1)	1940		1950		1960		1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
TOTAL	11.958,9	2.799,6	14.609,8	2.507,6	18.673,2	4.076,9	23.391,8	6.165,5	31.393,0	11.842,7
10 - 19	2.782,8	1.213,0	3.122,8	942,1	3.506,6	1.201,0	4.251,9	1.665,6	5.802,5	2.757,2
20 - 29	3.351,9	765,6	4.196,9	780,7	5.237,1	1.241,0	6.583,9	1.980,8	9.589,2	4.013,0
30 - 39	2.420,2	338,5	3.063,7	359,9	4.119,5	723,2	5.110,8	1.135,9	6.701,8	2.436,5
40 - 49	1.749,9	232,0	2.169,1	226,8	2.937,7	484,5	3.815,7	784,2	4.811,1	1.571,1
50 - 59	1.006,8	143,0	1.266,3	122,4	1.751,4	265,4	2.268,0	401,0	2.967,1	783,0
60 - 69	466,4	75,2	603,9	56,1	858,9	123,3	1.045,6	154,8	1.247,9	238,4
70 e mais	180,9	32,3	187,1	19,6	262,0	38,6	315,9	43,2	273,4	42,7

FONTE: Censos Demográficos.

(1) As pessoas economicamente ativas com idade ignorada foram distribuídas "pro rata" nos diversos grupos etários.

TABELA 6

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1940 A 1980
(Em milhares)

Grandes Regiões e Unid. da Federação	1940		1950		1960		1970		1980	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Brasil	11.958,9	2.799,6	14.609,8	2.507,6	18.673,2	4.076,9	23.391,8	6.165,5	31.393,0	11.842,7
Região Norte	425,6	109,1	509,8	70,6	661,6	124,1	859,3	169,3	1.431,4	381,0
Rondônia(1)	-	-	13,4	0,9	20,7	1,7	30,4	3,5	144,2	27,3
Acre	26,8	1,7	37,1	1,9	45,0	3,0	57,5	7,1	76,9	16,1
Amazonas	129,1	27,5	142,6	14,2	186,0	26,9	228,9	40,4	338,8	106,4
Roraima(2)	-	-	5,5	0,4	7,0	0,9	9,7	1,7	21,2	5,5
Pará	269,7	79,9	300,3	51,9	386,3	89,2	508,8	111,5	812,8	214,0
Amapá	-	-	10,9	1,3	16,6	2,4	24,0	5,1	37,5	11,7
Região Nordeste ...	4.085,3	1.049,6	4.854,8	744,6	5.736,9	1.339,6	6.742,2	1.611,6	8.295,9	2.862,6
Maranhão	357,3	81,6	445,4	43,8	674,3	116,0	772,4	200,7	981,2	326,9
Piauí	231,0	49,4	283,5	20,2	329,7	49,2	404,2	80,5	511,7	148,2
Ceará	571,8	122,7	718,4	84,5	859,2	183,7	1.039,8	215,6	1.268,0	447,1
Rio G. do Norte .	228,2	49,7	262,3	24,4	288,8	48,4	351,9	58,3	446,2	149,0
Paraíba	406,1	85,8	463,1	54,3	508,9	86,5	564,9	110,5	642,7	200,5
Pernambuco(3) ...	754,9	232,0	925,5	195,2	1.035,1	269,8	1.186,5	318,6	1.453,2	583,6
Alagoas	257,1	74,8	285,4	66,7	324,3	101,8	369,3	93,3	455,2	157,0
Sergipe	147,3	48,3	166,2	44,7	187,6	71,8	202,3	63,3	254,5	99,2
Bahia	1.131,6	305,3	1.305,0	210,8	1.529,0	413,2	1.830,9	470,8	2.263,2	751,1
Região Sudeste	5.428,0	1.215,3	6.559,8	1.296,5	8.262,5	1.868,3	10.166,9	3.040,4	14.266,4	5.989,3
Minas Gerais	1.922,0	342,6	2.126,2	276,6	2.520,5	469,3	2.808,9	651,7	3.541,7	1.194,4
Serra dos Aimorés(4).....	18,6	1,1	44,7	1,4	104,1	9,0	-	-	-	-
Espírito Santo ..	211,1	49,6	241,5	35,3	301,8	50,7	382,9	74,9	539,5	171,1
R. de Janeiro(5)	1.054,9	270,5	1.351,2	344,4	1.705,5	452,3	2.152,5	763,6	2.939,9	1.377,4
São Paulo	2.221,4	551,5	2.796,2	638,8	3.630,6	887,0	4.822,6	1.550,2	7.245,3	3.166,4
Região Sul	1.642,4	376,7	2.193,1	368,5	3.165,6	648,5	4.310,0	1.118,0	5.362,4	2.060,8
Paraná	369,2	55,6	627,2	67,5	1.216,5	197,0	1.896,7	380,1	2.160,4	702,6
Santa Catarina ..	324,5	73,5	410,3	63,4	536,2	105,0	704,8	177,4	995,0	361,2
Rio Grande do Sul	948,7	247,6	1.155,6	237,6	1.412,9	346,5	1.708,5	560,5	2.207,0	997,0
Região Centro-Oeste	377,6	48,9	492,3	27,4	846,6	96,4	1.313,4	226,2	2.036,9	629,0
Mato G. do Sul(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	395,2	107,8
Mato Grosso	134,7	13,3	146,5	9,7	250,0	30,3	435,6	58,9	317,6	67,2
Goiás	242,9	35,6	345,8	17,7	532,7	58,8	746,8	120,0	1.020,9	284,0
Distrito Federal	-	-	-	-	63,9	7,3	131,0	47,3	303,2	170,0

FONTE: Censos Demográficos.

NOTAS: (1) Em 1950 chamava-se Guaporé.

(2) Em 1950 chamava-se Rio Branco.

(3) Estão incluídos os dados do território de Fernando de Noronha que foram publicados separadamente nos anos de 1950, 1960 e 1970.

(4) Território entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo cujos dados foram publicados separadamente nos anos de 1940, 1950, 1960.

(5) Até 1970 refere-se aos dados agregados do Estado do Rio de Janeiro e do antigo Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara.

(6) O Estado do Mato Grosso do Sul era parte integrante do Estado de Mato Grosso até o censo de 1970.

TABELA 7
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO
O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE
1973-1985

BRASIL

(Em milhares)

SEXO E GRUPOS DE IDADE	1973 (1)	1977 (1)	1979 (1)	1981 (2)	1982 (2)	1983 (2)	1984 (2)	1985 (2)
TOTAL(3) ..	37 750,2	41 132,2	43 917,4	47 488,5	49 884,7	50 940,7	52 443,1	55 098,5
10 a 14 anos	2 876,5	2 697,3	2 908,4	2 752,1	2 956,0	2 654,1	2 688,0	2 860,7
15 a 19 anos	6 156,3	6 568,1	6 963,0	7 401,7	7 586,7	7 552,1	7 548,4	7 969,2
15 a 17 anos ..	...	3 720,9	3 958,6	4 170,4	4 230,8	4 151,8	4 167,1	4 388,1
18 a 19 anos ..	...	2 847,2	3 004,4	3 231,3	3 355,9	3 400,3	3 381,2	3 581,0
20 a 24 anos	5 919,7	6 728,0	7 253,4	7 489,0	7 829,3	8 124,1	8 587,3	8 797,3
25 a 29 anos	4 575,6	5 470,8	5 881,4	6 425,3	6 750,3	7 023,0	7 330,6	7 766,5
30 a 39 anos	7 583,1	8 262,4	8 916,9	10 003,5	10 701,0	11 225,6	11 647,8	12 462,5
40 a 49 anos	5 608,1	6 039,5	6 431,4	7 112,9	7 356,5	7 625,2	7 819,4	8 156,8
50 a 59 anos	3 179,9	3 495,7	3 701,5	4 248,5	4 475,3	4 542,3	4 567,4	4 705,8
60 anos ou mais ..	1 848,5	1 862,8	1 859,2	2 052,8	2 229,4	2 193,4	2 253,3	2 377,4
HOMENS (3)	26 079,6	28 246,8	29 971,8	32 693,3	37 797,2	34 128,5	35 084,8	36 625,4
10 a 14 anos	1 936,1	1 805,2	1 909,9	1 885,5	2 059,0	1 814,3	1 821,4	1 968,5
15 a 19 anos	3 825,6	4 115,8	4 360,1	4 785,7	4 867,2	4 829,0	4 809,3	5 060,7
15 a 17 anos ..	...	2 316,9	2 489,7	2 715,5	2 716,2	2 657,5	2 667,1	2 796,9
18 a 19 anos ..	...	1 798,9	1 870,3	2 070,2	2 151,0	2 171,5	2 142,2	2 263,7
20 a 24 anos	3 879,4	4 398,9	4 726,0	4 942,0	5 106,8	5 229,4	5 531,6	5 615,1
25 a 29 anos	3 194,6	3 773,4	4 009,6	4 343,0	4 475,4	4 628,6	4 844,1	5 069,5
30 a 39 anos	5 353,3	5 747,2	6 170,5	6 854,4	7 203,7	7 445,0	7 710,5	8 154,4
40 a 49 anos	4 058,7	4 328,8	4 542,9	5 018,0	5 035,6	5 181,6	5 324,4	5 507,0
50 a 59 anos	2 386,6	2 600,9	2 757,7	3 159,3	3 271,5	3 266,1	3 254,2	3 363,9
60 anos ou mais ..	1 444,8	1 473,1	1 494,1	1 650,3	1 778,0	1 733,7	1 788,9	1 885,0
MULHERES (3)	11 670,6	12 885,4	13 945,6	14 849,2	16 087,5	16 812,2	17 358,3	18 473,1
10 a 14 anos	940,4	892,1	998,5	866,6	897,0	839,8	866,6	892,2
15 a 19 anos	2 330,7	2 452,3	2 602,9	2 616,0	2 719,5	2 723,1	2 739,1	2 908,5
15 a 17 anos ..	...	1 404,0	1 468,8	1 454,9	1 514,6	1 494,3	1 500,0	1 591,2
18 a 19 anos ..	...	1 048,3	1 134,1	1 161,1	1 204,9	1 228,8	1 239,1	1 317,3
20 a 24 anos	2 040,3	2 329,1	2 527,4	2 547,0	2 722,5	2 894,7	3 055,7	3 182,2
25 a 29 anos	1 381,0	1 697,4	1 871,8	2 082,4	2 275,0	2 394,4	2 486,5	2 697,0
30 a 39 anos	2 229,8	2 515,2	2 746,4	3 149,1	3 497,3	3 780,6	3 937,3	4 308,1
40 a 49 anos	1 549,4	1 710,7	1 888,5	2 094,9	2 320,9	2 443,6	2 495,0	2 649,8
50 a 59 anos	793,3	894,8	943,8	1 089,1	1 203,9	1 276,2	1 313,2	1 341,9
60 anos ou mais ..	403,7	389,7	365,1	402,5	451,4	459,7	464,4	492,4

FONTE: PNADS.

(1) - Exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. (2) Exclusive a população da área rural da Região Norte. (3) Inclusive idade ignorada.

TABELA B

TAXA ESPECIFICA DE ATIVIDADE DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS
DE IDADE, SEGUNDO O SEXO E OS GRUPOS DE IDADE - 1973-1985

BRASIL

(%)

SEXO E GRUPOS DE IDADE	1973 (1)	1977 (1)	1979 (1)	1981 (2)	1982 (2)	1983 (2)	1984 (2)	1985 (2)
HOMENS	76,8	74,0	74,5	74,6	77,6	74,8	74,6	76,0
10 a 14 anos	31,2	26,5	27,0	26,4	28,1	25,1	24,8	26,5
15 a 19 anos	75,0	69,9	70,4	70,1	72,3	70,7	69,8	73,3
15 a 17 anos ..	...	63,6	64,5	63,8	66,3	63,7	63,4	66,8
18 a 19 anos ..	...	80,0	80,1	80,5	81,6	81,6	79,8	83,3
20 a 24 anos	91,9	90,7	91,4	91,9	92,6	92,4	92,3	92,5
25 a 29 anos	97,2	96,4	96,5	96,7	97,1	96,9	96,9	97,2
30 a 39 anos	96,9	96,6	97,2	97,2	97,2	97,2	97,3	97,4
40 a 49 anos	94,8	93,4	94,0	93,8	94,1	93,9	93,4	93,9
50 a 59 anos	85,7	82,9	83,3	82,4	82,5	81,4	80,1	80,8
60 anos ou mais ..	59,4	49,5	47,7	45,1	46,5	44,1	43,8	45,2
MULHERES	33,3	32,6	33,4	32,9	34,8	35,6	35,6	36,9
10 a 14 anos	15,1	13,2	14,2	12,2	12,7	11,8	12,0	12,2
15 a 19 anos	41,9	39,7	40,2	38,5	40,2	40,0	40,0	41,7
15 a 17 anos ..	...	36,4	36,4	34,7	36,4	35,7	36,0	37,2
18 a 19 anos ..	...	45,3	46,5	44,7	46,2	46,9	46,2	49,0
20 a 24 anos	45,6	45,2	46,5	45,8	47,0	49,1	49,2	50,1
25 a 29 anos	39,6	41,0	42,4	42,9	45,4	46,7	47,0	48,5
30 a 39 anos	38,8	40,4	41,6	42,4	45,6	47,2	47,4	49,7
40 a 49 anos	36,5	36,3	38,0	38,4	41,2	42,6	42,9	43,5
50 a 59 anos	28,8	28,6	28,4	27,6	29,8	30,0	29,9	30,3
60 anos ou mais ..	15,6	12,1	10,6	9,9	10,7	10,7	10,1	10,4

FONTE: PNADS.

(1) - Exclusive a população da área rural da Região Norte e dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

(2) - Exclusive a população da área rural da Região Norte.

TABELA 9
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA
1950 A 1980
(distribuição relativa)
(%)

	1950	1960	1970	1980
BRASIL				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	25,56	29,00
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	30,36	38,59
4 Urbano Total (2+3)	36,16	44,67	55,92	67,59
5 Rural	63,84	55,33	44,08	32,41
REGIÃO NORTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	18,12	16,99
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	27,01	34,66
4 Urbano Total (2+3)	31,49	37,38	45,13	51,65
5 Rural	68,51	62,62	54,87	48,35
REGIÃO NORDESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	14,16	16,36
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	27,65	34,10
4 Urbano Total (2+3)	26,40	33,89	41,81	50,46
5 Rural	73,60	66,11	58,19	49,54
REGIÃO SUDESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	42,22	46,67
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	30,46	36,14
4 Urbano Total (2+3)	47,55	57,00	72,68	82,81
5 Rural	52,45	43,00	27,32	17,19
REGIÃO SUL				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	14,26	19,29
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	30,01	43,12
4 Urbano Total (2+3)	29,50	37,10	44,27	42,41
5 Rural	70,50	62,90	55,73	37,59
REGIÃO CENTRO-OESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	-	-
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	-	-
4 Urbano Total (2+3)	24,38	34,22	48,04	67,79
5 Rural	75,62	65,78	51,96	32,21

TABELA 10
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO
PROJETADA PARA O ANO 2000
(distribuição relativa)
(%)

	AA'	AB'	BA'	BB'
BRASIL				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	33,03	35,33	33,03	33,91
3 Outras Áreas Urbanas.....	55,01	43,18	55,01	42,64
4 Urbano Total (2+3)	88,54	78,51	88,54	76,55
5 Rural	11,46	21,49	11,46	23,45
REGIÃO NORTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	20,26	16,28	20,23	15,18
3 Outras Áreas Urbanas.....	56,37	38,05	56,38	36,36
4 Urbano Total (2+3)	76,63	54,33	76,61	51,55
5 Rural	23,37	45,67	23,39	48,45
REGIÃO NORDESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	22,74	25,24	22,76	23,76
3 Outras Áreas Urbanas.....	51,90	36,04	51,88	34,83
4 Urbano Total (2+3)	74,64	61,28	74,64	58,59
5 Rural	25,36	38,72	25,36	41,41
REGIÃO SUDESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	48,91	58,25	48,70	56,93
3 Outras Áreas Urbanas.....	48,08	35,59	48,09	36,23
4 Urbano Total (2+3)	96,99	93,85	96,99	93,16
5 Rural	3,01	6,15	3,01	6,84
REGIÃO SUL				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	25,33	19,97	17,92	19,12
3 Outras Áreas Urbanas.....	61,65	56,94	69,07	55,73
4 Urbano Total (2+3)	86,98	76,92	86,98	74,86
5 Total	13,02	23,08	13,02	25,14
REGIÃO CENTRO-OESTE				
1 Total (4+5)	100,00	100,00	100,00	100,00
2 Áreas Metropolitanas.....	-	-	-	-
3 Outras Áreas Urbanas.....	-	-	-	-
4 Urbano Total (2+3)	90,58	75,06	90,64	72,88
5 Rural	9,42	24,94	9,36	27,12

TABELA 11
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA:
1970-1980, POPULAÇÃO OBSERVADA E 1980-2000, POPULAÇÃO PROJETADA

	70/80	AA'	BA'	AB'	BB'
BRASIL					
1 Total (4+5)	2,451	1,94	1,62	1,94	1,62
2 Áreas Metropolitanas	3,71	2,59	2,27	2,91	2,40
3 Outras Áreas Urbanas	4,85	3,75	3,44	2,37	2,12
4 Urbano Total (2+3) .	4,35	3,29	2,97	2,61	2,24
5 Rural	0,62	-3,94	-3,58	0,0	0,0
REGIÃO NORTE					
1 Total (4+5)	4,90	2,20	1,87	3,35	3,13
2 Áreas Metropolitanas	4,25	3,08	2,75	2,09	2,57
3 Outras Áreas Urbanas	7,40	4,61	4,30	3,89	3,37
4 Urbano Total (2+3) .	6,25	4,17	3,84	3,68	3,12
5 Rural	3,63	-1,87	-1,76	3,14	3,14
REGIÃO NORDESTE					
1 Total (4+5)	2,14	0,81	0,49	1,22	0,97
2 Áreas Metropolitanas	3,58	2,46	2,14	3,34	2,84
3 Outras Áreas Urbanas	4,23	2,91	2,58	1,42	1,07
4 Urbano Total	4,02	2,77	2,44	2,15	1,72
5 Rural	0,53	-2,92	-2,86	0,07	0,07
REGIÃO SUDESTE					
1 Total (4+5)	2,61	2,26	1,94	1,80	1,41
2 Áreas Metropolitanas	3,61	2,49	2,17	2,91	2,40
3 Outras Áreas Urbanas	4,32	3,67	3,36	1,86	1,42
4 Urbano Total (2+3) .	3,91	3,05	2,73	2,56	2,00
5 Rural	-2,02	-7,92	-6,78	-3,20	3,20
REGIÃO SUL					
1 Total (4+5)	1,43	1,91	1,58	1,92	1,61
2 Áreas Metropolitanas	4,45	3,27	2,94	2,07	1,56
3 Outras Áreas Urbanas	5,05	3,69	3,37	3,43	3,89
4 Urbano Total (2+3) ..	4,86	3,57	3,24	3,08	2,52
5 Rural	-2,51	-4,13	-3,72	-0,40	-0,40
REGIÃO CENTRO-OESTE					
1 Total (4+5)	3,97	3,85	3,52	4,19	3,88
2 Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-
3 Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-
4 Urbano Total (2+3) .	7,41	5,30	4,98	4,81	4,24
5 Rural	0,81	-3,22	-2,65	3,02	3,02

TABELA 12
PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO GRANDES REGIÕES,
ÁREAS METROPOLITANAS, OUTRAS ÁREAS URBANAS E ÁREAS RURAIS, 1985 A 2000

HIPÓTESE AA'

(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
BRASIL	131,143	133,715	136,338	139,012	141,738	144,518	147,353	150,243
Áreas Metropolitanas	39,290	40,323	41,382	42,469	43,585	44,731	45,906	47,112
Outras Áreas Urbanas	55,539	57,680	59,902	62,205	64,592	67,067	69,634	72,295
Urbano Total	94,829	98,003	101,284	104,674	108,177	111,798	115,540	119,407
Rural	36,314	35,712	35,054	34,338	33,561	32,720	31,813	30,860
REGIÃO NORTE	6,563	6,709	6,858	7,010	7,166	7,325	7,488	7,654
Áreas Metropolitanas	1,165	1,202	1,239	1,278	1,218	2,359	1,402	1,446
Outras Áreas Urbanas	2,576	2,699	2,828	2,962	3,102	3,250	3,403	3,563
Urbano Total	3,741	3,901	4,067	4,240	4,420	4,609	4,805	5,009
Rural	2,822	2,808	2,791	2,770	2,746	2,716	2,683	2,645
REGIÃO NORDESTE	36,250	36,545	36,842	38,141	37,443	37,747	38,054	38,363
Áreas Metropolitanas	6,441	6,602	6,766	6,935	7,107	7,285	7,466	7,652
Outras Áreas Urbanas	13,752	14,137	14,554	14,984	15,426	15,881	16,349	16,832
Urbano Total	20,173	20,739	21,320	21,919	22,533	23,166	23,815	24,484
Rural	16,077	15,806	15,522	15,222	14,910	14,581	14,239	13,879
REGIÃO SUDESTE	57,921	59,245	60,599	61,984	63,400	64,849	66,331	67,846
Áreas Metropolitanas	27,350	28,040	28,749	29,474	30,218	30,981	31,763	32,565
Outras Áreas Urbanas	22,548	23,404	24,288	25,205	26,155	27,137	28,155	29,209
Urbano Total	49,898	51,444	53,037	54,679	56,373	58,118	59,918	61,774
Rural	8,023	7,801	7,562	7,305	7,027	6,731	6,413	6,072
REGIÃO SUL	20,936	21,339	21,749	22,168	22,595	23,030	23,473	23,925
Áreas Metropolitanas	4,323	4,466	4,615	4,768	4,926	5,090	5,259	5,433
Outras Áreas Urbanas	9,874	10,246	10,632	11,032	11,448	11,879	12,326	12,790
Urbano Total	14,197	14,712	15,247	15,800	16,374	16,969	17,585	18,223
Rural	6,739	6,627	6,502	6,368	6,221	6,061	5,888	5,702
REGIÃO CENTRO-OESTE	9,147	9,506	9,879	10,266	10,669	11,088	11,523	11,975
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	6,667	7,030	7,413	7,816	8,241	8,690	9,163	9,661
Rural	2,480	2,476	2,466	2,450	2,428	2,398	2,360	2,314

Cont. Tab. 12

HIPÓTESE AA'

(Em milhões)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	153,190	156,194	159,258	162,381	165,566	168,813	172,124	175,500
Áreas Metropolitanas	48,350	49,620	50,924	52,262	53,635	55,044	56,491	57,975
Outras Áreas Urbanas	75,054	77,914	80,879	83,953	87,139	90,442	93,864	97,413
Urbano Total	123,404	127,534	131,803	136,215	140,774	145,486	150,355	155,388
Rural	29,786	28,660	27,455	26,166	24,792	23,327	21,769	20,112
REGIÃO NORTE	7,824	7,998	8,175	8,357	8,542	8,732	8,926	9,124
Áreas Metropolitanas	1,491	1,537	1,585	1,635	1,686	1,739	1,793	1,849
Outras Áreas Urbanas	3,731	3,908	4,092	4,283	4,484	4,694	4,914	5,143
Urbano Total	5,222	5,445	5,677	5,918	6,170	6,433	6,707	6,992
Rural	2,602	2,553	2,498	2,439	2,372	2,299	2,219	2,132
REGIÃO NORDESTE	38,675	38,989	39,306	39,625	39,947	40,272	40,599	40,929
Áreas Metropolitanas	7,843	8,038	8,238	8,444	8,654	8,870	9,091	9,317
Outras Áreas Urbanas	17,327	17,838	18,364	18,905	19,462	20,035	20,624	21,232
Urbano Total	25,170	25,876	26,602	27,349	28,116	28,905	29,715	30,549
Rural	13,505	13,113	12,704	12,303	11,831	11,367	10,884	10,380
REGIÃO SUDESTE	69,397	70,983	72,605	74,264	75,961	77,696	79,472	81,288
Áreas Metropolitanas	33,387	34,230	35,094	35,980	36,888	37,819	38,774	39,753
Outras Áreas Urbanas	30,300	31,429	32,599	33,809	35,062	36,359	37,702	39,091
Urbano Total	63,687	65,659	67,693	69,789	71,950	74,178	76,476	78,844
Rural	5,710	5,324	4,915	4,475	4,011	3,518	2,996	2,444
REGIÃO SUL	24,385	24,855	25,333	25,821	26,318	26,824	27,341	27,867
Áreas Metropolitanas	5,614	5,800	5,993	6,192	6,397	6,610	6,829	7,056
Outras Áreas Urbanas	13,271	13,771	14,288	14,826	15,384	15,962	16,563	17,185
Urbano Total	18,885	19,571	20,281	21,018	21,781	22,572	23,292	24,241
Rural	5,500	5,284	5,052	4,803	4,537	4,252	3,949	3,626
REGIÃO CENTRO-OESTE	12,445	12,933	13,440	13,968	14,516	15,085	15,677	16,292
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	10,187	10,742	11,326	11,942	12,592	13,278	14,000	14,762
Rural	-	-	-	-	-	-	-	-

Cont. tab. 12

HIPÓTESE AB'

(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
BRASIL	131,143	133,715	136,338	139,012	141,738	144,353	147,353	150,243
Áreas Metropolitanas	39,917	41,076	42,309	43,558	44,845	46,169	47,532	48,935
Outras Áreas Urbanas	52,656	54,049	55,459	56,890	58,324	59,779	61,251	62,738
Urbano Total	92,573	95,145	97,768	100,442	103,169	105,948	108,783	111,673
Rural	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570
REGIÃO NORTE	6,953	7,190	7,435	7,689	7,950	8,221	8,501	8,791
Áreas Metropolitanas	1,166	1,203	1,240	1,279	1,319	1,361	1,403	1,447
Outras Áreas Urbanas	2,460	2,554	2,652	2,754	2,858	2,967	3,081	3,199
Urbano Total	3,626	3,757	3,892	4,033	4,177	4,328	4,484	4,646
Rural	3,327	2,433	3,543	3,656	3,773	3,893	4,017	4,145
REGIÃO NORDESTE	37,000	37,454	37,913	38,377	38,848	39,324	39,806	40,294
Áreas Metropolitanas	6,732	6,961	7,198	7,442	7,695	7,957	8,228	8,508
Outras Áreas Urbanas	12,959	13,171	13,380	13,588	13,793	13,994	14,193	14,388
Urbano Total	19,691	20,132	20,578	21,030	21,488	21,951	22,421	22,896
Rural	17,309	17,322	17,335	17,347	17,360	17,373	17,385	17,398
REGIÃO SUDESTE	56,609	57,638	58,685	59,752	60,838	61,944	63,069	64,216
Áreas Metropolitanas	27,930	28,755	29,605	30,480	31,381	32,309	33,264	34,247
Outras Áreas Urbanas	21,101	21,543	21,971	22,387	22,789	23,177	23,550	23,911
Urbano Total	49,031	50,298	51,576	52,867	54,170	55,486	56,814	58,158
Rural	7,578	7,340	7,109	6,885	6,668	6,458	6,255	6,058
REGIÃO SUL	20,953	21,360	21,775	22,198	22,629	23,068	23,516	23,973
Áreas Metropolitanas	4,073	4,158	4,245	4,334	4,425	4,518	4,612	4,709
Outras Áreas Urbanas	9,869	10,219	10,575	10,937	11,305	11,679	12,060	12,448
Urbano Total	13,942	14,377	14,820	15,271	15,730	16,197	16,672	17,157
Rural	7,011	6,983	6,955	6,927	6,899	6,871	6,844	6,816
REGIÃO CENTRO-OESTE	9,306	9,705	10,121	10,554	11,006	11,478	11,969	12,482
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	6,479	6,791	7,117	7,458	7,815	8,189	8,579	8,988
Rural	2,827	2,914	3,004	3,096	3,191	3,289	3,390	3,494

Cont. tab. 12

HIPÓTESE AB'

(Em milhões)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	153,190	156,194	159,258	162,381	165,566	168,813	172,124	175,500
Áreas Metropolitanas	50,380	51,868	53,400	54,976	56,600	58,271	59,992	61,763
Outras Áreas Urbanas	64,240	65,756	67,288	68,835	70,396	71,972	73,562	75,167
Urbano Total	114,620	117,624	120,688	123,811	126,996	130,243	133,554	136,930
Rural	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570
REGIÃO NORTE	9,091	9,400	9,720	10,052	10,394	10,748	11,114	11,493
Áreas Metropolitanas	1,493	1,540	1,588	1,638	1,689	1,742	1,797	1,853
Outras Áreas Urbanas	3,320	3,446	3,577	3,713	3,854	4,001	4,152	4,310
Urbano Total	4,813	4,986	5,165	5,351	5,543	5,743	5,949	6,163
Rural	4,278	4,414	4,555	4,701	4,851	5,005	5,165	5,330
REGIÃO NORDESTE	40,788	41,288	41,795	42,307	42,826	43,351	43,882	44,420
Áreas Metropolitanas	8,797	9,096	9,405	9,725	10,056	10,398	10,751	11,117
Outras Áreas Urbanas	14,580	14,768	14,954	15,133	15,308	15,479	15,644	15,803
Urbano Total	23,377	23,864	24,359	24,858	25,364	25,877	26,395	26,920
Rural	17,411	17,424	17,436	17,449	17,462	17,474	17,487	17,500
REGIÃO SUDESTE	65,383	66,571	67,781	69,013	70,267	71,544	72,844	74,168
Áreas Metropolitanas	35,259	36,301	37,374	38,479	39,616	40,787	41,993	43,234
Outras Áreas Urbanas	24,257	24,588	24,903	25,207	25,489	25,757	26,009	26,244
Urbano Total	59,516	60,889	62,277	63,683	65,105	65,544	68,002	69,478
Rural	5,867	5,682	5,504	5,330	5,162	5,000	4,842	4,690
REGIÃO SUL	24,439	24,913	25,397	25,890	26,393	26,906	27,428	27,961
Áreas Metropolitanas	4,808	4,908	5,011	5,116	5,224	5,333	5,445	5,559
Outras Áreas Urbanas	12,842	13,243	13,634	14,067	14,489	14,920	15,353	15,802
Urbano Total	17,650	18,151	18,645	19,183	19,713	20,253	20,801	21,361
Rural	6,789	6,762	6,734	6,707	6,680	6,653	6,627	6,600
REGIÃO CENTRO-OESTE	13,017	13,574	14,155	14,762	15,394	16,053	16,741	17,458
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	9,416	9,862	10,329	10,819	11,330	11,864	12,424	13,008
Rural	3,601	3,712	3,826	3,943	4,064	4,189	4,317	4,450

Cont. tab. 12

HIPÓTESE BA'

(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
BRASIL	129,038	131,144	133,284	135,459	137,669	139,916	142,199	144,520
Áreas Metropolitanas	38,658	39,545	40,452	41,381	42,330	43,302	44,295	45,312
Outras Áreas Urbanas	54,649	56,574	58,563	60,618	62,742	64,936	67,205	69,547
Urbano Total	93,307	96,119	99,015	101,999	105,072	108,238	111,500	114,859
Rural	35,731	35,025	34,269	33,460	32,597	31,678	30,699	29,661
REGIÃO NORTE	6,458	6,580	6,704	6,831	6,960	7,091	7,225	7,361
Áreas Metropolitanas	1,146	1,178	1,211	1,245	1,279	1,315	1,351	1,389
Outras Áreas Urbanas	2,535	2,647	2,764	2,886	3,013	3,145	3,284	3,428
Urbano Total	3,681	3,825	3,975	4,131	4,292	4,460	4,635	4,817
Rural	2,804	2,755	2,729	2,700	2,677	2,631	2,590	2,544
REGIÃO NORDESTE	35,668	35,841	36,016	36,191	36,367	36,543	36,721	36,900
Áreas Metropolitanas	6,337	6,474	6,614	6,756	6,902	7,051	7,204	7,359
Outras Áreas Urbanas	13,511	13,865	14,228	14,601	14,983	15,375	15,777	16,190
Urbano Total	19,848	20,339	20,842	21,357	21,885	22,426	22,981	23,549
Rural	15,820	15,502	15,174	14,834	14,482	14,117	13,740	13,351
REGIÃO SUDESTE	56,993	58,107	59,243	60,401	61,582	62,786	64,014	65,265
Áreas Metropolitanas	26,910	27,501	28,104	28,720	29,350	29,994	30,651	31,324
Outras Áreas Urbanas	22,189	22,955	23,747	24,564	25,407	26,277	27,175	28,100
Urbano Total	49,099	50,456	51,851	53,284	54,757	56,271	57,826	59,424
Rural	7,894	7,651	7,392	7,114	6,825	6,515	6,188	5,841
REGIÃO SUL	20,599	20,928	21,262	21,601	21,946	22,296	22,652	23,013
Áreas Metropolitanas	4,253	4,380	4,510	4,645	4,783	4,926	5,073	5,225
Outras Áreas Urbanas	9,716	10,049	10,395	10,751	11,120	11,502	11,896	12,303
Urbano Total	13,969	14,429	14,905	15,396	15,903	16,428	16,969	17,528
Rural	6,630	6,499	6,356	6,205	6,043	5,868	5,683	5,485
REGIÃO CENTRO-OESTE	9,000	9,323	9,657	10,004	10,363	10,734	11,119	11,518
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	6,561	6,895	7,247	7,617	8,006	8,414	8,843	9,295
Rural	2,439	2,428	2,410	2,387	2,357	2,320	2,276	2,223

Cont. tab. 12

HIPÓTESE BA'

(Em milhões)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	146,878	149,275	151,711	154,187	156,703	159,260	161,859	164,500
Áreas Metropolitanas	46,352	47,415	48,503	49,616	50,755	51,920	53,111	54,330
Outras Áreas Urbanas	71,968	74,471	77,055	79,726	82,484	85,334	88,279	91,320
Urbano Total	118,320	121,886	125,558	129,342	133,239	137,254	141,390	145,650
Rural	28,558	27,389	26,153	24,845	23,464	22,006	20,469	18,850
REGIÃO NORTE	7,500	7,642	7,786	7,933	8,083	8,236	8,392	8,550
Áreas Metropolitanas	1,428	1,467	1,508	1,550	1,593	1,638	1,683	1,730
Outras Áreas Urbanas	3,578	3,734	3,897	4,067	4,244	4,428	4,620	4,820
Urbano Total	5,005	5,201	5,405	5,617	5,837	6,066	6,303	6,550
Rural	2,495	2,441	2,381	2,316	2,246	2,170	2,089	2,000
REGIÃO NORDESTE	37,079	37,260	37,441	37,623	37,806	37,990	38,174	38,360
Áreas Metropolitanas	7,518	7,680	7,846	8,015	8,188	8,365	8,546	8,730
Outras Áreas Urbanas	16,613	17,048	17,493	17,950	18,419	18,900	19,393	19,900
Urbano Total	24,131	24,728	25,339	25,965	26,607	27,265	27,939	28,630
Rural	12,948	12,532	12,102	11,658	11,199	10,725	10,235	9,730
REGIÃO SUDESTE	66,541	67,842	69,169	70,521	71,900	73,306	74,739	76,200
Áreas Metropolitanas	32,011	32,713	33,430	34,163	34,912	35,678	36,460	37,260
Outras Áreas Urbanas	29,056	30,042	31,060	32,110	33,193	34,309	35,462	36,650
Urbano Total	61,067	62,755	64,490	66,273	68,105	69,987	71,922	73,910
Rural	5,474	5,087	4,679	4,248	3,795	3,319	2,817	2,290
REGIÃO SUL	23,380	23,753	24,132	24,517	24,909	25,306	25,710	26,120
Áreas Metropolitanas	5,380	5,541	5,706	5,877	6,052	6,233	6,418	6,610
Outras Áreas Urbanas	12,726	13,162	13,613	14,079	14,562	15,060	15,577	16,110
Urbano Total	18,106	18,703	19,319	19,956	20,614	21,293	21,995	22,720
Rural	5,274	5,050	4,813	4,561	4,295	4,013	3,715	3,400
REGIÃO CENTRO-OESTE	11,932	12,360	12,803	13,262	13,738	14,231	14,741	15,270
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	9,769	10,267	10,791	11,342	11,921	12,529	13,168	13,840
Rural	2,163	2,093	2,012	1,920	1,817	1,702	1,573	1,430

Cont. tab. 12

HIPÓTESE BB'

(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
BRASIL	129,038	131,144	133,284	135,459	137,669	139,916	142,199	144,520
Áreas Metropolitanas	38,913	32,858	40,827	41,819	42,835	43,876	44,942	46,033
Outras Áreas Urbanas	51,555	52,716	53,887	55,070	55,264	57,470	58,687	59,917
Urbano Total	90,468	92,574	94,714	96,889	99,099	101,346	103,629	105,950
Rural	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570
REGIÃO NORTE	6,878	7,096	7,322	7,555	7,795	8,043	8,299	8,563
Áreas Metropolitanas	1,136	1,166	1,196	1,227	1,259	1,292	1,325	1,360
Outras Áreas Urbanas	2,415	2,497	2,583	2,672	2,763	2,858	2,957	3,058
Urbano Total	3,551	3,663	3,779	3,899	4,022	4,150	4,282	4,418
Rural	3,327	3,433	3,543	3,656	3,773	3,899	4,017	4,145
REGIÃO NORDESTE	36,542	36,898	37,257	37,620	37,986	38,356	38,730	39,107
Áreas Metropolitanas	6,563	6,751	6,945	7,145	7,351	7,562	7,779	8,003
Outras Áreas Urbanas	12,670	12,825	12,977	13,128	13,275	13,421	13,566	13,706
Urbano Total	19,233	19,576	19,922	20,273	20,626	20,982	21,345	21,709
Rural	17,309	17,322	17,335	17,347	17,360	17,373	17,385	17,398
REGIÃO SUDESTE	55,513	56,302	57,101	57,912	58,735	59,569	60,415	61,273
Áreas Metropolitanas	27,228	27,890	28,569	29,264	29,976	30,706	31,453	32,218
Outras Áreas Urbanas	20,707	21,072	21,423	21,763	22,091	22,405	22,707	22,997
Urbano Total	47,935	48,962	49,992	51,027	52,067	53,111	54,160	55,215
Rural	7,578	7,340	7,109	6,885	6,668	6,458	6,255	6,058
REGIÃO SUL	20,625	20,959	21,299	21,644	21,995	22,352	22,714	23,082
Áreas Metropolitanas	3,970	4,033	4,096	4,161	4,226	4,293	4,361	4,429
Outras Áreas Urbanas	9,644	9,943	10,248	10,556	10,870	11,189	11,509	11,837
Urbano Total	13,614	13,976	14,344	14,717	15,096	15,482	15,870	16,266
Rural	7,011	6,983	6,955	6,927	6,871	6,844	6,816	
REGIÃO CENTRO-OESTE	9,162	9,525	9,902	10,294	10,701	11,124	11,565	12,022
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	8,335	6,611	6,898	7,198	7,510	7,835	8,175	8,528
Rural	2,827	2,914	3,004	3,096	3,191	3,289	3,390	3,494

Cont. tab. 12

HIPÓTESE 88

(Em milhões)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
BRASIL	146,878	149,275	151,711	154,187	156,703	159,260	161,859	164,500
Áreas Metropolitanas	47,152	48,298	49,471	50,673	51,904	53,165	54,457	55,780
Outras Áreas Urbanas	61,156	62,407	63,670	64,944	66,229	67,525	68,832	70,150
Urbano Total	108,308	110,705	113,141	115,617	118,133	120,690	123,289	125,930
Rural	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570	38,570
REGIÃO NORTE	8,835	9,116	9,406	9,705	10,014	10,332	10,661	11,000
Áreas Metropolitanas	1,395	1,432	1,469	1,507	1,546	1,586	1,628	1,670
Outras Áreas Urbanas	3,162	3,270	3,382	3,497	3,617	3,741	3,868	4,000
Urbano Total	4,557	4,702	4,851	5,004	5,163	5,327	5,496	5,670
Rural	4,278	4,414	4,555	4,701	4,851	5,005	5,165	5,330
REGIÃO NORDESTE	39,488	39,872	40,261	40,653	41,049	41,449	41,852	42,260
Áreas Metropolitanas	8,233	8,470	8,713	8,964	9,222	9,487	9,759	10,040
Outras Áreas Urbanas	13,844	13,978	14,112	14,240	14,365	14,488	14,606	14,720
Urbano Total	22,077	22,448	22,825	23,204	23,587	23,975	24,365	24,760
Rural	17,411	17,424	17,436	17,449	17,462	17,474	17,487	17,500
REGIÃO SUDESTE	62,143	63,025	63,920	64,828	65,749	66,683	67,630	68,590
Áreas Metropolitanas	33,002	33,805	34,627	35,470	36,333	37,217	38,122	39,050
Outras Áreas Urbanas	23,274	23,538	23,789	24,028	24,254	24,466	24,666	24,950
Urbano Total	56,276	57,343	58,416	59,498	60,587	61,683	62,788	63,900
Rural	5,867	5,682	5,504	5,330	5,162	5,000	4,842	4,690
REGIÃO SUL	23,456	23,836	24,222	24,615	25,014	25,419	25,831	26,250
Áreas Metropolitanas	4,499	4,570	4,642	4,715	4,790	4,865	4,942	5,020
Outras Áreas Urbanas	12,168	12,504	12,846	13,193	13,544	13,901	14,262	14,630
Urbano Total	16,667	17,074	17,488	17,908	18,334	18,766	19,204	19,650
Rural	6,789	6,762	6,734	6,707	6,680	6,653	6,627	6,600
REGIÃO CENTRO-OESTE	12,498	12,993	13,507	14,042	14,597	15,175	15,776	16,400
Áreas Metropolitanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Áreas Urbanas	-	-	-	-	-	-	-	-
Urbano Total	8,897	9,281	9,681	10,099	10,533	10,986	11,459	11,950
Rural	3,601	3,712	3,826	3,943	4,064	4,189	4,317	4,450

TABELA 13

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO SEXO E DIFERENTES BASES DE DADOS, 1985 A 2000

(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1) Dados do C. Demográfico de 1980 -								
Homens	31,910	32,688	33,485	34,301	35,137	35,994	36,872	37,771
Mulheres	13,756	14,407	15,089	15,803	16,551	17,334	18,155	19,014
TOTAL	45,666	47,095	48,574	50,104	51,688	53,328	55,027	56,785
2) Dados da PNAD de 1985								
Homens	32,772	33,571	34,389	35,228	36,087	36,967	37,868	37,791
Mulheres	17,089	17,098	18,744	19,631	20,560	21,533	22,552	23,619
TOTAL	49,861	50,669	53,133	54,859	56,647	58,500	60,420	62,410
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1) Dados do C. Demográfico -								
Homens	38,692	39,635	50,601	41,591	42,605	42,644	44,708	45,798
Mulheres	19,914	20,856	21,844	22,877	23,960	25,094	26,282	27,526
TOTAL	58,606	60,491	62,445	64,468	66,565	68,738	70,990	73,324
2) Dados da PNAD de 1985								
Homens	39,737	40,706	41,698	42,715	43,756	44,823	45,916	47,035
Mulheres	24,736	25,907	27,132	28,416	29,761	31,169	32,643	34,188
TOTAL	64,473	66,613	68,830	71,131	73,517	75,992	78,559	81,222

TABELA 14

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA,
SEGUNDO GRANDES REGIÕES E DIFERENTES BASES DE DADOS, 1985 A 2000
(Em milhões)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
1) Dados do C. Demográfico de 1980 -								
BRASIL	45,666	47,079	48,574	50,104	51,688	53,328	55,027	56,785
Região Norte	2,000	2,076	2,162	2,250	2,336	2,432	2,531	2,629
Região Nordeste ..	11,184	11,407	11,638	11,875	12,110	12,356	12,601	12,856
Região Sudeste ...	21,550	22,268	23,024	23,804	24,619	25,448	26,319	27,223
Região Sul	7,882	8,135	8,408	8,678	8,963	9,258	9,564	9,881
Região C.-Oeste ..	3,050	3,192	3,342	3,497	3,660	3,834	4,011	4,196
2) Dados da PNAD de 1985								
BRASIL	49,861	50,669	53,133	54,859	56,647	58,500	60,420	62,410
Região Norte	2,184	2,235	2,364	2,463	2,530	2,668	2,779	2,890
Região Nordeste ..	12,211	12,277	12,731	13,002	13,272	13,554	13,836	14,130
Região Sudeste ...	23,529	23,966	25,185	26,064	26,981	27,916	28,899	29,919
Região Sul	8,606	8,756	9,197	9,502	9,823	10,156	10,501	10,859
Região C.-Oeste ..	3,331	3,435	3,656	3,829	4,011	4,206	4,405	4,612
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1) Dados do C. Demográfico -								
BRASIL	58,606	60,491	62,445	64,468	66,565	68,738	70,990	73,324
Região Norte	2,737	2,849	2,966	3,082	3,208	3,341	3,471	3,615
Região Nordeste ..	13,110	13,375	13,644	13,912	14,192	14,469	14,759	15,046
Região Sudeste ...	28,154	29,126	30,136	31,117	32,264	33,386	34,558	35,775
Região Sul	10,215	10,550	10,897	11,269	11,649	12,050	12,459	12,883
Região C.-Oeste ..	4,390	4,591	4,802	5,029	5,252	5,492	5,743	6,005
2) Dados da PNAD de 1985								
BRASIL	64,473	66,613	68,830	71,131	73,517	75,992	78,559	81,222
Região Norte	3,011	3,137	3,269	3,400	3,544	3,693	3,842	4,004
Região Nordeste ..	14,423	14,728	15,039	15,350	15,674	15,996	16,332	16,667
Região Sudeste ...	30,973	32,074	33,217	34,399	35,634	36,909	38,243	39,628
Região Sul	11,238	11,617	12,011	12,434	12,865	13,321	13,787	14,271
Região C.-Oeste ..	4,829	5,056	5,293	5,548	5,800	6,072	6,355	6,652

ANEXO 1

COMPARAÇÃO DA ENUMERAÇÃO DO CENSO DEMOGRÁFICO E DA PNAD

Segundo o Censo Demográfico de 1980 a população economicamente ativa refere-se às pessoas de 10 anos e mais que nos últimos 12 anos exerceram alguma atividade econômica e aquelas que, tendo ou não trabalhado anteriormente, estavam procurando emprego.

A definição da PEA nas PNADs é semelhante, exceto que o período de referência é a semana.

Seria de supor que a enumeração da PEA na PNAD seria menor em razão disto. Todavia, este não é o caso. A Tabela A.1 mostra a enumeração da PEA no censo demográfico de 1980 e na PNAD de 1981 para o Estado de São Paulo. Seus resultados indicam que a enumeração da PEA masculina não sofreu muita diferença. Contudo, a PNAD enumerou muito mais mulheres, tanto na PEA urbana quanto na PEA rural. Mas as diferenças quato à PEA rural são relativamente superiores.

As comparações do censo demográfico com o censo agropecuário mostram, também, que a PEA agrícola no Censo Demográfico é bastante inferior ao total de mulheres ocupadas na agricultura, segundo o censo agropecuário.

Não se sabe ao certo qual a razão para tamanha discrepância na enumeração da PEA feminina entre o Censo Demográfico e a PNAD.

Estas diferenças não podem ser imputadas ao questionário cujos quesitos são relativamente parecidos.

E', também, discutível se admitir que a cobertura da PNAD nas áreas rurais seria maior. Sabe-se que a amostra da PNAD tem uma tendência de sobre representar a população urbana, principalmente com domicílio nas áreas metropolitanas.

Assim, enquanto não houver uma melhor avaliação destes instrumentos de pesquisa e das causas de suas discrepâncias quanto à enumeração da PEA feminina torna-se impossível chegar-se a uma conclusão definitiva sobre o tamanho da PEA no Brasil.

TABELA A.1

POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E
TAXAS DE ATIVIDADE POR IDADE, SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO CONFORME O
CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980 E A PNAD DE 1981 - SÃO PAULO

	CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980						PNAD DE 1981					
	HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES		
	População	PEA	Taxa de atividade	População	PEA	Taxa de atividade	População	PEA	Taxa de atividade	População	PEA	Taxa de atividade
I - Total												
10-14	1279253	210016	16.4	1262058	133202	10.5	1371115	241402	17.6	1328152	147347	11.0
15-19	1325666	953842	71.9	1348186	637820	47.3	1401890	1028979	73.3	1335970	681029	50.9
20-24	1353470	1247785	92.1	1326483	658681	49.6	1306530	1215116	93.0	1305300	698313	53.4
25-29	1176465	1138826	96.8	1155225	482159	41.7	1185622	1152489	97.2	1216007	558266	45.9
30-39	1691412	1635070	96.6	1671384	638648	38.2	1764759	1720325	97.4	1781784	771212	43.2
40-49	1212621	1119824	92.3	1207975	384706	31.8	1303147	1220830	93.6	1293022	472076	36.5
50-59	848276	658277	77.6	874285	178193	20.3	937509	736642	78.5	946209	234603	24.7
60 e +	729103	274467	37.6	849451	50243	5.9	807866	300319	37.1	926058	78462	8.4
Total	9624851	7245299	75.2	9702856	3166427	32.6	10078438	7616102	75.5	10132925	3641731	35.9
II-Urbano												
10-14	1094481	155573	14.2	1089860	109611	10.0	1192371	176600	14.8	1190512	114618	9.6
15-19	1157718	817453	70.6	1197300	583677	48.7	1264304	911367	72.0	1209380	612207	50.6
20-24	1213908	1115487	91.8	1204833	627791	52.1	1192245	1103426	92.5	1200405	658824	54.8
25-29	1060788	1026311	96.7	1053475	461153	43.7	1099074	1068099	97.1	1142487	534902	46.8
30-39	1510006	1460029	96.6	1514664	605551	39.9	1610509	1569991	97.4	1639950	724498	44.1
40-49	1073177	986905	91.9	1093710	365940	33.4	1183718	1105308	93.3	1197839	436388	36.4
50-59	750193	569632	75.9	798960	169222	21.1	856222	660564	77.1	887146	221862	25.0
60 e +	644033	223844	34.7	783580	47192	6.0	736523	255821	34.7	871257	74210	8.5
Total	8512721	6361729	74.7	8743500	2972787	33.9	9134966	6851176	74.9	9339399	3377932	36.1
III-Rural												
10-14	184772	54443	29.4	172198	23591	13.6	178744	64802	36.2	137640	32729	23.7
15-19	167948	136389	81.2	150886	54143	35.8	137586	117612	85.4	126590	68822	54.3
20-24	139562	132298	94.7	121650	30890	25.3	114285	111690	97.7	104895	39489	37.6
25-29	115677	112515	97.2	101750	21006	20.6	86548	84390	97.5	73520	23364	31.7
30-39	180606	175041	96.9	156720	33097	21.1	154250	150334	97.4	141834	46714	32.9
40-49	139444	132919	95.3	114265	18766	16.4	119429	115522	96.7	95183	35688	37.4
50-59	98083	88645	90.3	75325	8971	11.9	81287	76078	93.5	59063	12741	21.5
60 e +	85070	50623	59.5	65871	3051	4.6	71343	44498	62.3	54801	4252	7.7
Total	1112130	883570	79.4	959356	193640	20.1	943472	764926	81.0	793526	263799	33.2